

Aula 13

*TJ-PR (Técnico Judiciário) Passo
Estratégico de Noções de Direito
Constitucional - 2025 (Pós-Edital)*

Autor:
Tulio Lages

14 de Agosto de 2025

Índice

1) Roteiro de Revisão - Administração Pública	3
2) Questões Estratégicas - Administração Pública - Instituto AOC - Médio	40
3) Questionário de Revisão - Administração Pública	52
4) Referências Bibliográficas	55



ROTEIRO DE REVISÃO E PONTOS DO ASSUNTO QUE MERECEM DESTAQUE

A ideia desta seção é apresentar um roteiro para que você realize uma revisão completa do assunto e, ao mesmo tempo, destacar aspectos do conteúdo que merecem atenção.

Ler os arts. 37 a 41 da CF, tendo em mente os seguintes pontos:

Princípios expressos da Administração Pública

São eles: legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência (art. 37, *caput*, da CF/88).

Para facilitar a memorização desse rol, grave o (famoso!) mnemônico: **"LIMPE"**.

L – Legalidade;
I – Impessoalidade;
M – Moralidade;
P – Publicidade;
E – Eficiência.

Importante observar que tais princípios são de observação obrigatória para TODA a Administração Pública – Direta e Indireta – de TODOS os Poderes, de TODAS as esferas de governo – União, Estados, DF e Municípios, consoante art. 37, *caput*, da CF/88:

Art. 37. A administração pública direta e indireta de qualquer dos Poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios obedecerá aos princípios de legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência e, também, ao seguinte:

Aqui, é importante relevante relembrar que além dos princípios expressos na CF/88 existem também os princípios implícitos, que são aqueles reconhecidos pela doutrina e jurisprudência, e possuem a MESMA relevância que os princípios expressos.

Além disso, todos os princípios incidem de forma simultânea (ou seja, a aplicação de um não exclui a de outro), podendo prevalecer um ou outro a depender do caso concreto, a partir da técnica da ponderação.

Os princípios possuem um grau de abstração superior ao das regras. Entretanto, tanto aqueles quanto estas são normas jurídicas dotadas de força cogente, de observância obrigatória por parte de seus destinatários, cujo descumprimento acarreta consequência jurídica concreta (como uma sanção).



Legalidade

O princípio da legalidade prescreve que a Administração só pode agir quando há imposição ou permissão da lei (considerada em sentido amplo), sendo que a atividade administrativa deve se dar no mesmo sentido (e não contra) e nos exatos limites (nunca além) de tal determinação ou autorização legal.

Legalidade administrativa versus autonomia da vontade no setor privado

O princípio da legalidade administrativa é caracterizado pela **restrição da vontade dos agentes administrativos pela lei**, o que se diferencia, portanto, da conduta que prevalece no setor privado, onde há predominância da autonomia da vontade dos particulares, em que se pode fazer tudo aquilo que a lei permite e não proíbe - CF/88, art. 5º, inciso II:

*Art. 5º, II - **ninguém** será obrigado a fazer ou deixar de fazer alguma coisa senão em virtude de lei;*

Legalidade versus legitimidade

A legitimidade é mais abrangente que a legalidade, já que significa não somente agir conforme o texto da lei, mas também obedecer aos demais princípios administrativos.

Impessoalidade

O princípio da impessoalidade impõe que a ação da Administração deve estar voltada para a atingir o objetivo previsto (expressamente ou virtualmente) em lei, o qual visará atender sempre a uma finalidade: o interesse público.

Assim, o administrador não pode atuar para atender a objetivo diverso do estabelecido em lei – que, novamente, será sempre o interesse público –, ou de praticar o ato administrativo em benefício próprio ou de terceiros.

Possibilidade de que o interesse público coincida com o privado

Em algumas situações, o interesse público pode coincidir com o privado, então a atuação da Administração pode, licitamente, acabar atendendo, além do interesse público, ao interesse particular de certa pessoa ou grupo de pessoas. O que é vedado pelo princípio da impessoalidade é que ação do administrador não atinja o interesse público previsto na lei como objetivo de tal atuação, ou seja, que se busque atender a outra finalidade ou somente ao interesse próprio ou de terceiros.

Compreensão do princípio da impessoalidade sob certos enfoques específicos

a) Enfoque da imputação dos atos praticados pelos agentes públicos diretamente às pessoas jurídicas que atuam: decorre de tal preceito que, como os atos não devem ser entendidos como praticados pelo agente público A ou agente público B, mas sim pela Administração Pública, esse



viés do princípio da impessoalidade acaba por retirar dos agentes públicos a responsabilidade pessoal, perante terceiros, pelos atos que praticam.

b) Enfoque da vedação à promoção pessoal de autoridade e servidores públicos: esse viés decorre do disposto no art. 37, § 1º da CF/88:

Art. 37, § 1º A publicidade dos atos, programas, obras, serviços e campanhas dos órgãos públicos deverá ter caráter educativo, informativo ou de orientação social, dela não podendo constar nomes, símbolos ou imagens que caracterizem promoção pessoal de autoridades ou servidores públicos.

Inclusive, sobre esse dispositivo, o STF¹ entende que “a utilização, por qualquer ente estatal, de recursos públicos para promover comemorações alusivas ao Golpe de 1964 atenta contra a Constituição [arts. 1º e 37, caput e § 1º] e consiste em ato lesivo ao patrimônio imaterial da União”.

Relação com o princípio da isonomia

O princípio da impessoalidade encontra-se relacionado ao princípio constitucional da isonomia (CF/88, arts. 5º, inciso I, e 19, inciso III), obrigando a Administração a conferir tratamento igualitário aos administrados que se encontrem na mesma situação fática e jurídica.

Art. 5º, I – homens e mulheres são iguais em direitos e obrigações, nos termos desta Constituição; (...)

*Art. 19. É vedado à União, aos Estados, ao Distrito Federal e aos Municípios: (...)
III – criar **distinções** entre brasileiros ou **preferências** entre si.*

Decorrem do dever de isonomia da Administração a necessidade da adoção de procedimentos como o concurso público para provimento de cargos efetivos, a licitação para a contratação de obras, serviços, fornecimentos, o regime de precatórios para pagamento de dívidas da Fazenda Pública em decorrência de decisão judicial etc.

Moralidade

O princípio da moralidade preceitua que os agentes públicos atuem com ética, honestidade, probidade, boa-fé, decoro, lealdade, fidelidade funcional.

A moralidade administrativa está ligada à ideia do “bom administrador” – aquele que atua não somente com respeito aos preceitos vigentes, mas também à moral –, embora deva ser observada tanto pelos agentes públicos quanto pelo particular ao se relacionar com a Administração.

¹ STF – RE 1429329 AgR (Tema 1322)



Moralidade administrativa versus moralidade comum

A moralidade administrativa não se confunde com a moralidade comum. Esta “é imposta ao homem para sua conduta externa;” aquela “é imposta ao agente público para sua conduta interna, seguindo as exigências da instituição a que serve e a finalidade de sua ação: o bem comum”².

Além disso, a moralidade administrativa diz respeito a uma moral jurídica, consubstanciada em regras de conduta extraídas da disciplina interior da Administração³. Ou seja, deve ser compreendida de modo objetivo, independente da noção subjetiva do agente sobre o que é certo ou errado em termos éticos – moral comum.

Moralidade como fator de legalidade

Embora tenha sido previsto na CF como um princípio autônomo, é possível entender a moralidade administrativa como fator de legalidade. Nesse sentido, o TJSP já decidiu que “o controle jurisdicional se restringe ao exame da legalidade do ato administrativo; mas por legalidade ou legitimidade se entende não só a conformação do ato com a lei, como também com a moral administrativa e com o interesse coletivo”⁴.

Prescindibilidade de normas positivadas para a observância do princípio da moralidade

Existem diversas normas infraconstitucionais que estabelecem regras relativas à moralidade, como, no âmbito federal, a Lei 12.813/2013 (Lei de Conflito de Interesses), o Decreto 6.029/2007 (institui o Sistema de Gestão da Ética do Poder Executivo Federal), além de alguns dispositivos da Lei 9.784/99 (Lei do Processo Administrativo Federal) e da Lei 8.112/90 (Estatuto dos Servidores Públicos Federais).

Outro exemplo importante é a Lei 8.429/1992, de aplicação nacional e conhecida como “Lei de Improbidade Administrativa”, que “dispõe sobre as sanções aplicáveis aos agentes públicos nos casos de enriquecimento ilícito no exercício de mandato, cargo, emprego ou função na administração pública direta, indireta ou fundacional e dá outras providências”.

Vale esclarecer, entretanto, que a conduta do administrador deve estar pautada pela moralidade mesmo que não haja norma positivada proibindo tal conduta, sob pena de anulação do ato imoral por parte do Judiciário (caso provocado) ou pela própria Administração, em decorrência de seu poder de autotutela.

² Maurice Hauriou, *Précis Elementaires de Droit Administratif*, Paris, 1926, pp. 197 e ss *apud* Meirelles, 2014, p. 92.

³ Meirelles, 2014, p. 92.

⁴ TJSP, RDA 89/134 *apud* Meirelles, Hely Lopes. *Direito Administrativo Brasileiro*. 30. ed. São Paulo, Malheiros Editores: 2005, p. 91.



Inclusive a súmula vinculante 13 foi editada a partir do entendimento do STF de que a vedação ao nepotismo decorre da interpretação direta de diversos princípios constitucionais, dentre eles, o da moralidade, embora não haja proibição específica e expressa de tal prática na Constituição. Vejamos o teor da súmula:

JURISPRUDÊNCIA

A nomeação de cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, inclusive, da autoridade nomeante ou de servidor da mesma pessoa jurídica investido em cargo de direção, chefia ou assessoramento, para o exercício de cargo em comissão ou de confiança ou, ainda, de função gratificada na administração pública direta e indireta em qualquer dos Poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, compreendido o ajuste mediante designações recíprocas, viola a Constituição Federal.

É importante destacar que “ajuste mediante designações recíprocas” diz respeito ao nepotismo transversal (ou nepotismo cruzado).

Além disso, cumpre esclarecer que ficaram de fora da proibição estabelecida na súmula as nomeações de parente para a ocupação de cargos de natureza eminentemente política – como os de Ministro ou Secretário Estadual ou Municipal –, ao contrário dos cargos e funções de confiança em geral, que possuem natureza precipuamente administrativa.

Controle da moralidade administrativa

O controle da moralidade administrativa pode ser realizado pelos cidadãos mediante o instrumento da ação popular, para que qualquer cidadão (lembrar aqui que “cidadão” é diferente de “pessoa”) busque a anulação de ato lesivo à moralidade administrativa – CF/88, art. 5º, inciso LXXIII:

Art. 5º, LXXIII - qualquer cidadão é parte legítima para propor ação popular que vise a anular ato lesivo ao patrimônio público ou de entidade de que o Estado participe, à moralidade administrativa, ao meio ambiente e ao patrimônio histórico e cultural, ficando o autor, salvo comprovada má-fé, isento de custas judiciais e do ônus da sucumbência;

Já o Ministério Público atua na defesa da moralidade administrativa mediante ação civil pública. Embora a CF não fale expressamente em “moralidade administrativa” ao tratar de tal instrumento (CF/88, art. 129, III – “São funções institucionais do Ministério Público: (...) promover o inquérito civil e a ação civil pública, para a proteção do patrimônio público e social, do meio ambiente e de outros interesses difusos e coletivos”), a Lei Orgânica do Ministério Público dispõe que incube ao Parquet “promover o inquérito civil e a ação civil pública, na forma da lei (...) para a anulação ou declaração de nulidade de atos lesivos ao patrimônio público ou à moralidade administrativa do Estado ou de Município, de suas administrações indiretas ou fundacionais ou de entidades privadas de que participem” (Lei 8.625/93, art. 25, inciso IV, alínea “b”).



Relação entre moralidade administrativa e probidade administrativa

A conduta imoral do administrador poderá ser enquadrada como ato de improbidade administrativa, que, nos termos do art. 37, § 4º da CF/88, resultará na suspensão dos direitos políticos, na perda da função pública, na indisponibilidade de bens e no ressarcimento ao erário, sem prejuízo da ação penal cabível (regulamentando esse dispositivo é que foi editada a Lei 8.429/1992):

Art. 37, § 4º Os atos de improbidade administrativa importarão a suspensão dos direitos políticos, a perda da função pública, a indisponibilidade dos bens e o ressarcimento ao erário, na forma e gradação previstas em lei, sem prejuízo da ação penal cabível.

Aqui é importante mencionar que o dispositivo fala em “suspensão” dos direitos políticos, e não em “perda” ou “cassação” de tais direitos – são institutos diferentes!

A CF/88 só admite a perda ou suspensão dos direitos políticos, mas veda sua cassação, conforme caput do art. 15:

Art. 15. É vedada a cassação de direitos políticos, cuja perda ou suspensão só se dará nos casos de:
I - cancelamento da naturalização por sentença transitada em julgado;
II - incapacidade civil absoluta;
III - condenação criminal transitada em julgado, enquanto durarem seus efeitos;
IV - recusa de cumprir obrigação a todos imposta ou prestação alternativa, nos termos do art. 5º, VIII;
V - improbidade administrativa, nos termos do art. 37, § 4º.

Publicidade

O princípio da publicidade impõe que a Administração confira a mais ampla divulgação de seus atos aos interessados diretos e ao povo em geral, possibilitando-lhes, assim, controlar a conduta dos agentes administrativos.

Relação com os atos administrativos

A publicidade não é considerada elemento de formação do ato administrativo (ou seja, um elemento que lhe confere validade), mas somente requisito de eficácia (ou seja, um requisito que lhe permite produzir seus efeitos).

Princípio da publicidade e a transparência na Administração Pública

Inicialmente, cumpre esclarecer que se alinha ao princípio da publicidade o direito fundamental à informação previsto na CF/88, art. 5º, inciso XXXIII:

Art. 5º, XXXIII - todos têm direito a receber dos órgãos públicos informações de seu interesse particular, ou de interesse coletivo ou geral, que serão prestadas no prazo da lei, sob pena de responsabilidade, ressalvadas aquelas cujo sigilo seja imprescindível à segurança da sociedade e do Estado;



Também está alinhado ao princípio da publicidade o disposto na CF/88, art. 5º, inciso LX:

Art. 5º, LX - a lei só poderá restringir a publicidade dos atos processuais quando a defesa da intimidade ou o interesse social o exigirem;

Com base nesses dois dispositivos, verifica-se que a regra geral deve ser a transparência na Administração Pública e, somente em situações excepcionais, a lei (necessariamente, não pode ser ato infralegal) pode estabelecer situações em que o sigilo é justificável – quando imprescindível à segurança da sociedade e do Estado (CF/88, art. 5º, inciso XXXIII - já) ou quando a defesa da intimidade ou o interesse social o exigirem (CF, art. 5º, inciso LX).

Concretização do princípio da publicidade por meio dos direitos constitucionais de petição e de certidão

De acordo com Carvalho Filho⁵, o direito de petição, previsto na CF/88, art. 5º, inciso XXXIV, alínea “a”, concretiza o princípio da publicidade na medida em que, por meio das petições, os indivíduos podem dirigir-se aos órgãos administrativos para formular qualquer tipo de postulação.

Por sua vez, o autor esclarece que as certidões (CF/88, art. 5º, inciso XXXIV, alínea “b”), expedidas pela Administração, registram a verdade dos fatos administrativos, cuja publicidade permite aos administrados a defesa de seus direitos ou o esclarecimento de certas situações.

Para fins de fixação, vejamos o teor dos dispositivos mencionados:

Art. 5º, XXXIV - são a todos assegurados, independentemente do pagamento de taxas:
a) o direito de petição aos Poderes Públicos em defesa de direitos ou contra ilegalidade ou abuso de poder;
b) a obtenção de certidões em repartições públicas, para defesa de direitos e esclarecimento de situações de interesse pessoal;

Diferença entre publicidade e publicação

Não se confunde o princípio da publicidade com a simples publicação de atos. Enquanto aquele exige uma atuação transparente por parte da Administração, esta é apenas uma forma de se dar publicidade aos atos administrativos (por exemplo, publicação no diário oficial do ente federativo).

Divulgação da remuneração de servidores públicos em sítio eletrônico da internet

O Supremo Tribunal Federal entende que a divulgação nominal da remuneração de autoridades e servidores públicos em sítio eletrônico da internet não viola sua intimidade, vida privada e

⁵ Carvalho Filho, 2016, p. 27.



segurança pessoal e familiar a ponto de ser considerada ilícita, devendo prevalecer o princípio da publicidade⁶.

Cumprir destacar que a Corte considerou lícita a divulgação do nome e da remuneração do agente público, mas não de seu CPF, identidade e endereço residencial.

Eficiência

O princípio da eficiência impõe que a Administração exerça sua atividade com presteza, perfeição, rendimento funcional, produtividade, qualidade, desburocratização, de forma a obter o melhor resultado possível no atendimento do interesse público. Preceitua a adequação dos meios empregados aos fins vislumbrados, a ponderação da relação custo/benefício da ação.

Também conhecido como princípio da qualidade dos serviços públicos, está relacionado ao modelo de administração pública gerencial e alcança não somente os serviços públicos prestados diretamente à coletividade, mas também os serviços administrativos internos da Administração.

Desdobramentos do princípio da eficiência previstos ao longo da Constituição Federal

Alguns desdobramentos constitucionais do princípio da eficiência:

a) a possibilidade de reclamação relativa à prestação dos serviços públicos e de avaliação periódica, interna e externa, da qualidade dos serviços, consoante art. 37, § 3º, incisos I a III:

Art. 37, § 3º A lei disciplinará as formas de participação do usuário na administração pública direta e indireta, regulando especialmente:

I - as reclamações relativas à prestação dos serviços públicos em geral, asseguradas a manutenção de serviços de atendimento ao usuário e a avaliação periódica, externa e interna, da qualidade dos serviços;

II - o acesso dos usuários a registros administrativos e a informações sobre atos de governo, observado o disposto no art. 5º, X e XXXIII;

III - a disciplina da representação contra o exercício negligente ou abusivo de cargo, emprego ou função na administração pública.

b) a possibilidade de celebração de contratos de gestão como forma de ampliar a autonomia gerencial, orçamentária e financeira de órgãos e entidades da administração direta e indireta, com fixação de metas de desempenho e controles e critérios para sua avaliação, consoante art. 37, § 8º, incisos I a III:

Art. 37, § 8º A autonomia gerencial, orçamentária e financeira dos órgãos e entidades da administração direta e indireta poderá ser ampliada mediante contrato, a ser firmado entre seus administradores e o

⁶ STF, SS 3.902 AgR segundo, rel. min. Ayres Britto, j. 9/6/2011, P, DJE de 3/10/2011; = RE 586.424 ED, rel. min. Gilmar Mendes, j. 24-2-2015, 2ª T, DJE de 12-3-2015.



poder público, que tenha por objeto a fixação de metas de desempenho para o órgão ou entidade, cabendo à lei dispor sobre:

I - o prazo de duração do contrato;

II - os controles e critérios de avaliação de desempenho, direitos, obrigações e responsabilidade dos dirigentes;

III - a remuneração do pessoal.

c) a determinação aos entes federados que mantenham escolas de governo para a formação e o aperfeiçoamento dos servidores públicos, bem como a exigência de que estes participem de cursos de aperfeiçoamento com condição de promoção na carreira, consoante art. 39, § 2º:

Art. 37, § 2º A União, os Estados e o Distrito Federal manterão escolas de governo para a formação e o aperfeiçoamento dos servidores públicos, constituindo-se a participação nos cursos um dos requisitos para a promoção na carreira, facultada, para isso, a celebração de convênios ou contratos entre os entes federados.

d) a possibilidade de aplicação de recursos orçamentários provenientes da economia com despesas correntes em cada órgão, autarquia e fundação, para aplicação no desenvolvimento de programas de qualidade e produtividade, treinamento e desenvolvimento, modernização, reaparelhamento e racionalização do serviço público, inclusive sob a forma de adicional ou prêmio de produtividade, a ser disciplinada em lei da União, dos Estados, do DF e dos Municípios, consoante art. 39, § 7º:

Art. 39, § 7º Lei da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios disciplinará a aplicação de recursos orçamentários provenientes da economia com despesas correntes em cada órgão, autarquia e fundação, para aplicação no desenvolvimento de programas de qualidade e produtividade, treinamento e desenvolvimento, modernização, reaparelhamento e racionalização do serviço público, inclusive sob a forma de adicional ou prêmio de produtividade.

e) possibilidade de perda do cargo do servidor estável por insuficiência de desempenho aferido em avaliação periódica, consoante art. 41, § 1º, inciso III:

Art. 41, § 1º O servidor público estável só perderá o cargo: (...)

III - mediante procedimento de avaliação periódica de desempenho, na forma de lei complementar, assegurada ampla defesa.

f) necessidade de avaliação especial de desempenho para aquisição de estabilidade por parte do servidor público, consoante art. 41, § 4º:

Art. 41, § 4º Como condição para a aquisição da estabilidade, é obrigatória a avaliação especial de desempenho por comissão instituída para essa finalidade.

Princípio da eficiência: controle

O controle da eficiência da Administração Pública pode ocorrer mediante:



- a) controle externo – Poder Legislativo e tribunais de Contas (art. 70, *caput* e art. 71, *caput*);
- b) sistema de controle interno (art. 70, *caput* e art. 74, inciso II);
- c) controle judicial – José dos Santos Carvalho Filho entende que ocorrer desde que haja comprovada ilegalidade.

Para fins de fixação, vejamos o teor dos dispositivos mencionados:

Art. 70. A fiscalização contábil, financeira, orçamentária, operacional e patrimonial da União e das entidades da administração direta e indireta, quanto à legalidade, legitimidade, economicidade, aplicação das subvenções e renúncia de receitas, será exercida pelo Congresso Nacional, mediante controle externo, e pelo sistema de controle interno de cada Poder.

Art. 71. O controle externo, a cargo do Congresso Nacional, será exercido com o auxílio do Tribunal de Contas da União, ao qual compete:
(...)

Art. 74. Os Poderes Legislativo, Executivo e Judiciário manterão, de forma integrada, sistema de controle interno com a finalidade de: (...)

II - comprovar a legalidade e avaliar os resultados, quanto à eficácia e eficiência, da gestão orçamentária, financeira e patrimonial nos órgãos e entidades da administração federal, bem como da aplicação de recursos públicos por entidades de direito privado;

Princípio da eficiência: vedação à indicação política para o comando das estatais

O STF entende que "são constitucionais as normas dos incisos I e II do § 2º do art. 17 da Lei 13.303/2016, que impõem vedações à indicação política de membros para o Conselho de Administração e para a diretoria de empresas estatais (CF, art. 173, § 1º)." ⁷

Segundo o Supremo, trata-se de normas que servem como importante elemento indutor da constituição de um ambiente empresarial oxigenado pelas noções de ética pública, integridade, probidade e gestão técnica, **focada na busca da eficiência**, contribuindo, portanto, para a concretização do direito fundamental à boa administração.

Licitação

No âmbito da Administração Pública, como regra, é necessária a realização de licitação pública, com exceção nos casos especificados na legislação (art. 37, XXI, da CF/88):

⁷ STF – ADI 7331



Art. 37, XXI - ressalvados os casos especificados na legislação, as obras, serviços, compras e alienações serão contratados mediante processo de licitação pública que assegure igualdade de condições a todos os concorrentes, com cláusulas que estabeleçam obrigações de pagamento, mantidas as condições efetivas da proposta, nos termos da lei, o qual somente permitirá as exigências de qualificação técnica e econômica indispensáveis à garantia do cumprimento das obrigações.

Improbidade Administrativa

A CF/8, ao tratar da Administração Pública (capítulo VII do Título III), abordou os atos de improbidade administrativa nos seguintes termos:

Art. 37, § 4º Os atos de improbidade administrativa importarão a suspensão dos direitos políticos, a perda da função pública, a indisponibilidade dos bens e o ressarcimento ao erário, na forma e gradação previstas em lei, sem prejuízo da ação penal cabível.

Para ajudar na memorização das sanções constitucionalmente previstas, memorize o mnemônico **SPIRA** (**S**uspensão dos direitos políticos, **P**erda da função pública, **I**ndisponibilidade dos bens, **R**essarcimento ao erário, sem prejuízo da **A**ção penal cabível).

Prescrição de ilícitos que causem prejuízos ao erário

A CF/8*, ao tratar da Administração Pública (capítulo VII do Título III), abordou a prescrição de ilícitos que causem prejuízos ao erário nos seguintes termos:

Art. 37, § 5º A lei estabelecerá os prazos de prescrição para ilícitos praticados por qualquer agente, servidor ou não, que causem prejuízos ao erário, ressalvadas as respectivas ações de ressarcimento.

A despeito de o dispositivo asseverar "ressalvadas as respectivas ações de ressarcimento", o STF entende que:

a) as ações de ressarcimento ao erário fundadas na prática de ato doloso tipificado na Lei de Improbidade Administrativa (LIA) são imprescritíveis⁸ (em entendimento exarado antes do advento da Lei 14.230/2021, quando a LIA ainda previa a possibilidade de ato de improbidade decorrente de conduta culposa).

b) "é prescritível a ação de reparação de danos à Fazenda Pública decorrente de ilícito civil"⁹ (estão abrangidos, assim, os ilícitos que violem normas de direito privado, não alcançando, portanto, ilícitos decorrentes de infrações de direito público, como os de natureza penal e as ações

⁸ STF – RE 852.475.

⁹ STF – RE 669.069.



de ressarcimento ao erário decorrentes de atos dolosos de improbidade administrativa, que, como já asseverado, são imprescritíveis, segundo o mesmo STF).

Responsabilidade Civil do Estado

A CF/8, ao tratar da Administração Pública (capítulo VII do Título III), abordou a responsabilidade do Estado nos seguintes termos:

Art. 37, § 6º As pessoas jurídicas de direito público e as de direito privado prestadoras de serviços públicos responderão pelos danos que seus agentes, nessa qualidade, causarem a terceiros, assegurado o direito de regresso contra o responsável nos casos de dolo ou culpa.

Com base nesse dispositivo, é possível verificar que a responsabilidade civil do Estado:

- Pressupõe a existência de 3 sujeitos: Estado, agente público e terceiro lesado.
- É do tipo objetiva: não depende de dolo ou culpa, nem da existência de relação contratual, tampouco que o agente público cometa ato ilícito (contrário a lei) – basta que haja nexo causal entre o dano e a atuação (conduta comissiva) do agente público (veja que o dispositivo constitucional fala “responderão pelos danos... causados a terceiros”).

No caso de omissão do Estado, sua responsabilidade civil é subjetiva.

- Alcança a pessoas de direito público e as de direito privado prestadoras de serviço público, inclusive os delegatários de serviço público.

Perceba que, para o dispositivo constitucional mencionado, o que importa é que sejam pessoas jurídicas “prestadoras de serviços públicos”. Assim, as empresas estatais exploradoras de atividade econômica não estão abrangidas pela responsabilidade objetiva do art. 37, § 6º da CF – sua responsabilidade é subjetiva, na modalidade culpa comum.

Os delegatários (concessionárias, permissionárias e autorizadas) estão alcançadas pela responsabilidade objetiva (porque prestam serviços públicos) relativamente a usuários e não-usuários do serviço¹⁰.

- Depende que o agente atue na condição de agente público (veja que o dispositivo fala “nessa qualidade”).
- Não é afastada em caso de dolo ou culpa do responsável, mas, nesse caso, é assegurada à Administração o direito de regresso contra ele.

¹⁰ STF – RE 591.874/MS.



- Na ação regressiva, cabe à Administração provar que o responsável agiu com dolo ou culpa (a responsabilidade do agente é subjetiva, na modalidade culpa comum).

Responsabilidade do Estado por omissão

No caso de omissão do Estado, sua responsabilidade civil é subjetiva, cabendo ao pretendo lesado provar culpa do Poder Público (não precisa ser de um agente público específico), em decorrência da falta do serviço que deveria ter prestado e que, se o houvesse, teria evitado o dano (ou seja, o nexo causal entre o dano e a omissão estatal).

A responsabilidade estatal por omissão, subjetiva, geralmente é utilizada em casos em que o dano foi causado por atos de terceiros (não agentes públicos, como delinquentes ou multidões) ou por fenômenos da natureza (ex: enchente).

O Estado só será responsabilizado por omissão, em regra, quando o dano era evitável.

Por outro lado, no caso de danos a pessoas sob a guarda/custódia do Poder Público (ex: presidiários), a responsabilidade do Estado é objetiva, ainda que o dano não tenha sido provocado por uma atuação direta de um agente público, ou ainda, mesmo em caso de omissão do Estado, em razão de seu dever de custódia (ex: detento assassinado por colega de cela dentro da penitenciária).

Responsabilidade por atos legislativos e atos judiciais

Em regra, em decorrência de tais atos (praticados no exercício da função típica do Poder Legislativo ou do Judiciário), não cabe responsabilização civil do Estado. Exceções:

- **Atos legislativos:** é possível a responsabilização do Estado em virtude de danos causados por lei de efeitos concretos ou de lei com inconstitucionalidade declarada pelo STF.
- **Atos judiciais:** é possível a responsabilização do Estado na hipótese prevista na CF, art. 5º, LXXV – “o Estado indenizará o condenado por erro judiciário, assim como o que ficar preso além do tempo fixado na sentença”. Destaca-se que o “erro judiciário” mencionado pelo dispositivo, restringe-se a erro na esfera penal.

Contrato de Gestão

A CF/88, ao tratar da Administração Pública (capítulo VII do Título III), aborda o contrato de gestão nos seguintes termos:

Art. 37, § 8º A autonomia gerencial, orçamentária e financeira dos órgãos e entidades da administração direta e indireta poderá ser ampliada mediante contrato, a ser firmado entre seus administradores e o poder público, que tenha por objeto a fixação de metas de desempenho para o órgão ou entidade, cabendo à lei dispor sobre:



- I - o prazo de duração do contrato;*
- II - os controles e critérios de avaliação de desempenho, direitos, obrigações e responsabilidade dos dirigentes;*
- III - a remuneração do pessoal.*

O objetivo do contrato de gestão é o de aumentar a autonomia gerencial, orçamentária e financeira do órgão/entidade que, por outro lado, assume o compromisso de cumprir determinadas metas de desempenho.

Como exemplo de aplicação do dispositivo, temos as agências executivas.

“Agência Executiva” é uma qualificação conferida pelo Poder Público a autarquias ou fundações públicas que firmem o contrato de gestão previsto no art. 37, § 8º da CF/88 e possuam um plano estratégico de reestruturação e de desenvolvimento institucional em andamento consoante inciso I do art. 51 da Lei 9.649/1998. Assim, uma agência executiva não é uma nova entidade administrativa.

Convém destacar que é possível a celebração do contrato de gestão previsto no art. 37, § 8º da CF/88 não apenas por entidades da Administração Indireta, mas por órgãos da Administração Direta também (conforme a redação do próprio dispositivo).

Além disso, o contrato de gestão previsto no art. 37, § 8º da CF/88 também pode ser denominado de “contrato de desempenho”, como o fez a Lei 13.934/2019.

Avaliação das Políticas Públicas

A CF/88, ao tratar da Administração Pública (capítulo VII do Título III), aborda a avaliação de políticas públicas nos seguintes termos:

Art. 37, § 16. Os órgãos e entidades da administração pública, individual ou conjuntamente, devem realizar avaliação das políticas públicas, inclusive com divulgação do objeto a ser avaliado e dos resultados alcançados, na forma da lei.

Não basta apenas avaliar as políticas públicas: é necessária a divulgação do objeto a ser avaliado e dos resultados alcançados (na forma da lei).

Ao nosso entender, há nítido alinhamento do dispositivo aos princípios da publicidade e da eficiência.



Agentes Públicos

Disposições previstas no Capítulo VII da CF/88 - Da Administração Pública

Forma e requisitos de acesso a cargos, empregos e funções públicas

- Princípio da ampla acessibilidade aos cargos públicos: a CF/88 garante tanto aos brasileiros quanto aos estrangeiros o acesso aos cargos, empregos e funções públicas (art. 37, inciso I da CF/88).

Entretanto, para os brasileiros, a CF/88 assevera que o acesso aos cargos, empregos e funções públicas é garantido a todos "que preencham os requisitos estabelecidos em lei" e, para os estrangeiros, que o referido acesso é garantido "na forma da lei".

Acesso a cargos, empregos e funções públicas (art. 37, inciso I da CF/88)	
Brasileiros	garantido a todos que preencham os requisitos estabelecidos em lei.
Estrangeiros	garantido na forma da lei.

Isso significa que, para os brasileiros, basta que atendam aos requisitos da lei para que possam acessar os cargos, empregos e funções públicas. Já para os estrangeiros, o acesso deve ocorrer na forma da lei, ou seja, é necessária a edição para estabelecer a forma em que se dará o acesso dos estrangeiros aos cargos, empregos e funções público.

- Os requisitos de acesso **devem estar previstos em lei**, ou seja, o edital de um concurso público não pode inovar e exigir determinados requisitos como, por exemplo, limite de idade, sem previsão legal.

- Um percentual dos cargos e empregos públicos deve **ser reservado para as pessoas portadoras de deficiência** (art. 37, inciso VIII da CF/88).

Esse percentual de reserva de vagas às pessoas portadores de deficiência deve ser reservado por lei, que deve também definir os critérios de sua admissão.

Tal reserva não dispensa a exigência de prévia aprovação em concurso público.

No âmbito federal, é de até 20% o percentual reservado às pessoas portadoras de deficiência das vagas oferecidas no concurso público (art. 5º da Lei 8.112/1990).

Concurso público

- A aprovação prévia em concurso público é requisito para a investidura tanto em cargo quanto em emprego público (art. 37, II da CF/88).



Nada obstante, não dependem de concurso público as nomeações para cargo em comissão declarado em lei de livre nomeação e exoneração (art. 37, II da CF/88).

- O concurso público pode ser composto apenas de provas ou de provas e títulos, a depender da natureza e da complexidade do cargo ou emprego. Tais definições devem estar previstas em lei (art. 37, II da CF/88).
- O concurso público terá validade de até dois anos, podendo ser prorrogado uma vez, pelo mesmo período originalmente definido (art. 37, III da CF/88).
- Dentro de um mesmo cargo/emprego, na carreira, o aprovado em concurso público será convocado com prioridade sobre novos concursados durante o prazo improrrogável previsto no edital de convocação (art. 37, IV da CF/88).

Além disso, candidato aprovado dentro do número de vagas previsto no edital do concurso público possui direito subjetivo à nomeação (observado o prazo de validade do certame), mas a administração pode se ver desobrigada de realizar tal nomeação em situações excepcionais, decorrentes de fatos supervenientes à publicação do edital¹¹.

Ainda, em certames para a formação de cadastros de reserva, os aprovados não possuem direito subjetivo à nomeação, mas apenas expectativa¹².

Por fim, “dentro do prazo de validade do concurso, o candidato aprovado tem o direito à nomeação, quando o cargo for preenchido sem observância da classificação”¹³. Porém, é lícito que candidato pior colocado seja nomeado em virtude de decisão judicial e, nessa situação, não surge para os candidatos mais bem classificados que tenham sido “pulados” o direito subjetivo à nomeação¹⁴.

- Implicam a nulidade do ato e a punição da autoridade responsável, nos termos da lei (art. 37, § 2º da CF/88), a não observância das regras dos incisos II e III do art. 37 da CF/88, detalhadas anteriormente.

- Além da investidura em cargos em comissão declarados em lei de livre nomeação e exoneração (art. 37, II da CF/88), também são exceções à regra de exigência de concurso público:

- a) a investidura em mandato eletivo;
- b) a contratação por tempo determinado para atender a necessidade temporária de excepcional interesse público (art. 37, IX da CF/88);

¹¹ STF – RE 598.099/MS.

¹² STF – MS-AgR 31.790/DF.

¹³ STF – Súmula 15.

¹⁴ STF – AI 698.618/SP.



c) a admissão de agentes comunitários de saúde e agentes de combate às endemias, que podem ser admitidos por meio de processo seletivo público (art. 198, § 4º da CF/88);

d) o caso do ex-combatente que tenha efetivamente participado de operações bélicas durante a Segunda Guerra Mundial, que possui o direito de ser aproveitado no serviço público, sem concurso público, com estabilidade (art. 53, inciso I do ADCT).

- Em que pese o art. 37, inciso I da CF/88 prever que os cargos e empregos públicos serão acessíveis aos brasileiros (que preencham os requisitos estabelecidos em lei) e aos estrangeiros (na forma da lei), a própria Constituição estabelece que alguns cargos são privativos de **brasileiro nato** (art. 12, § 3º da CF/88), quais sejam:



- Em que pese o art. 37, II da CF/88 estabelecer que o concurso público poderá ser de provas ou de provas e títulos (a depender da natureza e da complexidade do cargo ou emprego, na forma da lei), a própria Constituição estabelece alguns cargos em que o ingresso deve se dar, necessariamente, mediante aprovação em concurso público de **provas e títulos**:

a) Juiz Substituto (art. 93, inciso I da CF/88);

b) carreira do Ministério Público (art. 129, § 3º da CF/88);

c) carreira da Advocacia-Geral da União (art. 131, § 2º da CF/88);

d) Procuradores dos Estados e do Distrito Federal (art. 132 da CF/88);

e) carreira da Defensoria Pública da União, do Distrito Federal e dos Territórios (art. 134, § 1º da CF/88);

f) profissionais de Educação Escolar (art. 206, inciso V da CF/88).

Direitos de associação sindical e de greve dos servidores públicos

- O servidor público civil possui direito à **livre associação sindical** (art. 37, inciso VI da CF/88).



- O servidor público possui, também, **direito de greve**, dependendo da edição de uma lei específica para definir os termos e os limites em que se dará o exercício de tal direito (art. 37, inciso VI da CF/88).

Até o momento tal lei não foi editada.

Assim, o STF decidiu que deve ser aplicada, de forma temporária à administração pública, no que couber, a lei de greve vigente para o setor privado, até que a lei de greve do setor público seja editada¹⁵.

- Ao contrário do previsto para os servidores públicos em geral, aos militares são vedadas a sindicalização e a greve (art. 142, § 3º, IV da CF/88).

Direitos constitucionais dos trabalhadores urbanos e rurais estendidos aos servidores públicos

Foram estendidos aos servidores ocupantes de cargo público os seguintes direitos constitucionais dos trabalhadores urbanos e rurais (art. 39, § 3º da CF/88):

- a) percepção do salário nunca inferior ao mínimo fixado em lei (art. 7º, incisos IV e VII da CF/88);
- b) décimo terceiro salário (art. 7º, inciso VIII da CF/88);
- c) remuneração do trabalho noturno superior ao diurno (art. 7º, inciso IX da CF/88);
- d) salário família pago em razão do dependente do trabalhador de baixa renda (art. 7º, inciso XII da CF/88);
- e) duração do trabalho normal não superior a oito horas diárias e quarenta horas semanais (art. 7º, inciso XIII da CF/88);
- f) repouso semanal remunerado (art. 7º, inciso XV da CF/88);
- g) remuneração do serviço extraordinário superior, no mínimo, em cinquenta por cento à do normal (art. 7º, inciso XVI da CF/88);
- h) gozo de férias anuais remuneradas com, pelo menos, um terço a mais do que o salário normal (art. 7º, inciso XVII da CF/88);
- i) licença à gestante (art. 7º, inciso XVIII da CF/88);
- j) licença paternidade (art. 7º, inciso XIX da CF/88);

¹⁵ STF – MI 670/ES e MI 708/DF.



k) proteção do mercado de trabalho da mulher, mediante incentivos específicos, nos termos da lei (art. 7º, inciso XX da CF/88);

l) redução dos riscos inerentes ao trabalho, por meio de normas de saúde, higiene e segurança (art. 7º, inciso XXII da CF/88); e

m) proibição de diferença de salários, de exercício de funções e de critérios de admissão por motivo de sexo, idade, cor ou estado civil (art. 7º, inciso XXX da CF/88).

Remuneração dos agentes públicos e acumulação de cargos públicos

- A remuneração (em sentido amplo) dos agentes públicos pode ocorrer, basicamente, das seguintes formas:

a) **vencimentos:** compostos por uma parcela fixa ("vencimento básico" ou apenas "vencimento") e por uma parte variável ("vantagens pecuniárias"), é a denominação da remuneração dos servidores públicos estatutários que não recebem pela sistemática de subsídio.

b) **subsídio:** espécie remuneratória formada por uma parcela única, vedado o acréscimo de qualquer gratificação, adicional, abono, prêmio, verba de representação ou outra espécie remuneratória (art. 39, § 4º da CF/88).

A modalidade de remuneração por subsídio é obrigatória para os agentes políticos: membro de Poder, do Ministério Público e dos Tribunais de Contas, o detentor de mandato eletivo, os Ministros de Estado, os Secretários Estaduais e Municipais etc.

É obrigatória, também, para os seguintes servidores públicos: servidores integrantes das carreiras da Advocacia Pública e da Defensoria Pública (art. 135 da CF/88), bem como para os servidores policiais da Polícia Federal, Polícia Rodoviária Federal, Polícia Ferroviária Federal, polícias civis, polícias militares e corpos de bombeiros militares, polícias penais federal, estaduais e distrital (art. 144, § 9º da CF/88).

Por outro lado, é facultativa para os seguintes servidores públicos organizados em carreira (art. 39, § 8º da CF/88).

c) **salário:** denominação da remuneração recebida pelos empregados públicos, por serem regidos pelo regime trabalhista (CLT).

- A **fixação ou alteração da remuneração** dos servidores públicos e dos agentes políticos (ou seja, dos vencimentos e dos subsídios) deve ocorrer por lei específica, ou seja, será através de uma lei ordinária que trate apenas desse assunto (art. 37, inciso X da CF/88).

A **iniciativa** das leis para fixar ou alterar a remuneração ou o subsídio ocorrerá da seguinte forma:



- a) cargos do Poder Executivo: iniciativa é privativa do Presidente da República (art. 61, §1º, II, a da CF/88);
- b) cargos da Câmara dos Deputados (CD): iniciativa é privativa da CD (art. 51, inciso IV da CF/88);
- c) cargos do Senado Federal (SF): iniciativa é privativa do SF (art. 52, inciso XIII da CF/88);
- d) no âmbito do Poder Judiciário, compete privativamente ao Supremo Tribunal Federal, aos Tribunais Superiores e aos Tribunais de Justiça propor ao Poder Legislativo respectivo a remuneração dos seus serviços auxiliares e dos juízes que lhes forem vinculados, bem como a fixação do subsídio de seus membros e dos juízes, inclusive dos tribunais inferiores, onde houver (art. 48, inciso XV e art. 96, inciso II, b, ambos da CF/88).

Nada obstante, o subsídio dos seguintes agentes públicos não é fixado/alterado por lei, mas por decreto legislativo do Congresso Nacional:

- a) Deputados Federais e Senadores (art. 49, VII da CF/88);
- b) Presidente, Vice-Presidente da República e Ministros de Estado (art. 49, VIII da CF/88).

Além disso, também não se exige lei para a fixação ou alteração dos salários dos empregados públicos das estatais (perceba que eles não são mencionados no art. 37, inciso X da CF/88). Nesse caso, o instrumento cabível é o acordo coletivo de trabalho (art. 7º, XXVI da CF/88).

- Com vistas a recompor o poder aquisitivo da remuneração dos servidores públicos e do subsídio dos agentes políticos, garante-se **revisão geral anual**, que deve ocorrer sempre na mesma data e sem distinção de índices (art. 37, inciso X da CF/88).

Além disso, a concessão de tal revisão deve ocorrer mediante lei de iniciativa privativa do chefe do Poder Executivo de cada ente federativo (entendimento do STF).

Cuidado!

A "alteração" da remuneração é feita mediante lei de iniciativa privativa de cada Poder e a "revisão geral" é feita mediante lei de iniciativa privativa do chefe do Poder Executivo de cada ente federativo.

Nesse sentido: "Define-se o instituto da **revisão geral** quando o propósito do aumento remuneratório concedido for apenas o de **recompor a perda do poder aquisitivo da moeda**, devendo-se, nesse caso, observar a iniciativa do **chefe do Poder Executivo** para se deflagrar o processo legislativo respectivo. De outro modo, se o aumento remuneratório trazer um **ganho real, ou seja, for além da perda do poder aquisitivo**, a competência para se deflagrar o processo



legislativo será de **cada um dos poderes ou órgãos** com autonomia administrativa, financeira e orçamentária.”¹⁶

- A CF/88 prevê, ainda, diversos **limites remuneratórios** (também chamados de "tetos remuneratórios").

Em relação aos montantes dos limites remuneratórios, a CF/88 fixa o seguinte (art. 37, inciso XI da CF/88, interpretado em conjunto com os arts. 27, § 2º, 29, VI, 37, §§ 2º e 12, bem como a jurisprudência do STF):

Teto geral: subsídio mensal, em espécie, dos Ministros do STF		
"Subtetos"	União	Não há "subtetos": aplica-se apenas o teto geral.
	Estados e DF	<u>Poder Executivo</u> : o limite é o subsídio do Governador. (O subsídio do Governador fica limitado ao teto geral = subsídio mensal, em espécie, dos Ministros do STF)
		<u>Poder Legislativo</u> : o limite é o subsídio dos deputados estaduais ou distritais. (Os subsídios dos deputados estaduais e distritais não poderá ser superior a 75% do subsídio fixado para os deputados federais).
		<u>Poder Judiciário – servidores</u> : o limite equivale a 90,25% do subsídio mensal, em espécie, dos Ministros do STF. Esse mesmo limite é aplicável aos procuradores do ministério público estadual, aos procuradores estaduais e aos defensores públicos estaduais.
		<u>Poder Judiciário – membros</u> (juízes estaduais e desembargadores de TJ): o limite será o subsídio dos Ministros do STF (ADI 3854 ¹⁷).
		Fica facultado aos Estados e ao Distrito Federal fixar, em seu âmbito, mediante emenda às respectivas Constituições e Lei Orgânica, como limite único, o subsídio mensal dos Desembargadores do respectivo Tribunal de Justiça, limitado a noventa inteiros e vinte e cinco centésimos por cento do subsídio mensal dos Ministros do Supremo Tribunal Federal, não se aplicando a presente regra aos subsídios dos Deputados Estaduais e Distritais e dos Vereadores.
	Municípios	O limite é o subsídio do Prefeito. (O subsídio do Prefeito fica limitado ao teto geral = subsídio mensal, em espécie, dos Ministros do STF) Vereadores: o limite do subsídio do vereador varia entre 20% a 75% do subsídio dos Deputados Estaduais, a depender da quantidade de habitantes do município.

¹⁶ STF – ADI 5562 RS

¹⁷ Na ADI 3854, o STF deu interpretação conforme à Constituição ao art. 37, XI e § 12, da CF/88 para afastar a submissão dos membros da magistratura estadual da regra do subteto remuneratório e declarou inconstitucionais normas do CNJ que fixavam subteto para magistrados estaduais diferente do teto estabelecido para a magistratura federal, por violarem o caráter nacional da estrutura judiciária brasileira previsto na Constituição Federal.



Procuradores dos Municípios: o limite remuneratório equivale a 90,25% do subsídio mensal, em espécie, dos Ministros do STF (RE 663696¹⁸).

CUIDADO! Apesar de o inciso XI e § 12 do art. 37 da CF/88 expressamente limitarem o subsídio dos desembargadores do Tribunal de Justiça a 90,25% do subsídio mensal, em espécie, dos ministros do STF, o entendimento do Supremo Tribunal Federal é no sentido de que esse limite não é aplicável, mas sim o teto geral que corresponde ao montante integral do subsídio dos membros do STF, que também é o limite que deve ser aplicado aos demais juízes estaduais (ADI 3854, conforme explicado na nota de rodapé).

Com relação ao alcance das regras de limite remuneratório (art. 37, XI da CF/88), temos o seguinte:

Quais agentes públicos/órgãos/entidades são alcançados?	Quais espécies remuneratórias são alcançadas?
<ul style="list-style-type: none">- Ocupantes de cargos, funções e empregos públicos da administração direta, autárquica e fundacional;- Membros de qualquer dos Poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios;- Detentores de mandato eletivo;- Demais agentes políticos;- Empresas públicas, sociedades de economia mista e suas subsidiárias que receberem recurso da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, para pagamento de pessoal ou custeio em geral (art. 37, § 9º da CF/88).	<p>Remuneração, subsídio, proventos, pensões ou outra espécie remuneratória, percebidos cumulativamente ou não, incluídas as vantagens pessoais ou de qualquer outra natureza.</p> <p>Não estão sujeitas aos limites as parcelas de caráter indenizatório previstas em lei ordinária, aprovada pelo Congresso Nacional, de caráter nacional, aplicada a todos os Poderes e órgãos constitucionalmente autônomos (art. 37, § 11 da CF/88).</p>

Por fim, ainda sobre limitação de remuneração, a Constituição estabelece que os vencimentos dos cargos do Poder **Legislativo** e do Poder **Judiciário** não poderão ser superiores aos pagos pelo Poder Executivo (art. 37, inciso XII da CF/88).

¹⁸ Foi fixada a seguinte tese de repercussão geral: "A expressão 'procuradores' contida na parte final do inciso XI do artigo 37 da Constituição da República compreende os procuradores municipais, uma vez que estes se inserem nas funções essenciais à Justiça, estando, portanto, submetidos ao teto de 90,25% do subsídio mensal em espécie dos ministros do Supremo Tribunal Federal".



- É vedada a **vinculação ou equiparação** "de quaisquer espécies remuneratórias para o efeito de remuneração de pessoal do serviço público" (art. 37, inciso XIII da CF/88). Nesse sentido, temos o seguinte precedente(s) e/ou entendimento(s) jurisprudencial(is) importante(s):

JURISPRUDÊNCIA

"É inconstitucional a vinculação do reajuste de vencimentos de servidores estaduais ou municipais a índices federais de correção monetária"¹⁹.

Nada obstante, a própria CF/88 prevê algumas hipóteses de **equiparação e vinculação**:

- a) equiparação dos vencimentos e vantagens dos Ministros do TCU aos dos Ministros do STJ (art. 73, § 3º da CF/88);
 - b) vinculação do subsídio dos Ministros do Tribunais Superiores no montante correspondente a 95% do subsídio mensal fixado para os Ministros do STF (art. 93, inciso V da CF/88).
- **É vedada a incidência cumulativa de acréscimos pecuniários**, de modo que "os acréscimos pecuniários percebidos por servidor público não serão computados nem acumulados para fins de concessão de acréscimos ulteriores" (art. 37, inciso XIV da CF/88).

A ideia aqui é evitar o "efeito cascata" nas concessões de acréscimos pecuniários aos servidores.

- O subsídio e os vencimentos dos ocupantes de cargos e empregos públicos são **irredutíveis** (art. 37, inciso XV da CF/88), mas tal proteção não alcança a redução em virtude:

- a) da aplicação do teto constitucional (art. 37, inciso XI da CF/88);
- b) da aplicação da regra de vedação à incidência cumulativa de acréscimos pecuniários (art. 37, inciso XIV da CF/88);
- c) da incidência de impostos (nesse sentido, o art. 37, inciso XIV aponta como ressalvas o art. 150, II, o art. 153, III, e o art. 153, § 2º, I, todos da CF/88).

Além disso, a irredutibilidade diz respeito, segundo o STF:

- a) ao montante final dos vencimentos, podendo ser alterada a fórmula de sua composição;
- b) ao valor nominal (numérico) dos vencimentos/subsídios, não abrangendo proteção contra a inflação.

¹⁹ STF - Súmula Vinculante 42.



Por fim, destacamos que a proteção da irredutibilidade alcança não apenas os vencimentos/subsídios dos cargos efetivos, mas os dos cargos em comissão, também, além dos salários dos empregados públicos.

- **Acumulação remunerada de cargos:** via de regra é vedada a acumulação remunerada de cargos públicos, estendendo-se tal proibição a empregos e funções e abrange autarquias, fundações, empresas públicas, sociedades de economia mista, suas subsidiárias, e sociedades controladas, direta ou indiretamente, pelo poder público (art. 37, incisos XVI e XVII da CF/88).

Entretanto, desde que haja compatibilidade de horários, é possível a acumulação remunerada nas seguintes hipóteses (art. 37, inciso XVI da CF/88):



CUIDADO!

O inciso XVI do art. 37 da CF/88 dispõe que o teto remuneratório constitucional (art. 37, XI da CF/88) deve ser aplicado nos casos em que a Constituição admite a acumulação remunerada de cargos públicos.

Entretanto, o STF entende que, nos casos em que a acumulação é permitida, o teto remuneratório constitucional (art. 37, XI da CF/88) deve ser aplicado de forma isolada para cada cargo público acumulado, ou seja, a soma das remunerações dos cargos pode ultrapassar o teto, mas a remuneração individual de cada cargo, não:

JURISPRUDÊNCIA

"Nos casos autorizados constitucionalmente de acumulação de cargos, empregos e funções, a incidência do art. 37, inciso XI, da Constituição Federal pressupõe consideração de cada um dos vínculos formalizados, afastada a observância do teto remuneratório quanto ao somatório dos ganhos do agente público" ²⁰.

Esse entendimento é aplicável a todos os casos autorizados constitucionalmente de acumulação de cargos, empregos e funções.

²⁰ STF – RE 612975/MT e RE 602043/MT.



Outras situações previstas na constituição que permitem a acumulação:

- a) **servidor público da administração direta, autárquica e fundacional, investido no mandato de Vereador**, havendo compatibilidade de horários, perceberá as vantagens de seu cargo, emprego ou função, sem prejuízo da remuneração do cargo eletivo (art. 38, III da CF/88);
 - b) **juízes do Poder Judiciário e membros do Ministério Público**: podem acumular com uma função de magistério (art. 95, parágrafo único, inciso I da CF/88 e art. 128, § 5º, inciso II, alínea "d" da CF/88);
 - c) **militares dos Estados, do DF e dos Territórios**: podem acumular nas hipóteses previstas no art. 37, inciso XVI da CF/88, com prevalência da atividade militar (art. 42, § 3º da CF/88);
 - d) **profissionais de saúde das Forças Armadas**: pode acumular no caso de previsto no art. 37, inciso XVI, "c" da CF/88 (dois cargos ou empregos privativos de profissionais de saúde, com profissões regulamentadas), na forma da lei e com prevalência da atividade militar (art. 142, § 3º, incisos III e VIII da CF/88).
- É vedada a **percepção simultânea de proventos de aposentadoria** decorrentes dos regimes próprios de previdência dos servidores estatutários e dos militares (ou seja, não entra as aposentadorias decorrentes do Regime Geral de Previdência Social) **com a remuneração de cargo, emprego ou função pública**, ressalvados (art. 37, § 10 da CF/88):
- a) os cargos acumuláveis na forma da Constituição;
 - b) os cargos eletivos; e
 - c) os cargos em comissão declarados em lei de livre nomeação e exoneração.

Servidores públicos no exercício de mandato eletivo (art. 38 da CF/88)

O que acontece com o servidor?		
Mandato eletivo federal, estadual ou distrital	Ficará afastado de seu cargo, emprego ou função (e receberá a remuneração do cargo eletivo)	
Prefeito	Será afastado do cargo, emprego ou função, sendo-lhe facultado optar pela sua remuneração	
Vereador	Havendo compatibilidade de horários	Perceberá as vantagens de seu cargo, emprego ou função, sem prejuízo da remuneração do cargo eletivo



	Não havendo compatibilidade de horários	Será afastado do cargo, emprego ou função, sendo-lhe facultado optar pela sua remuneração
a) em qualquer caso que exija o afastamento do servidor para o exercício de mandato eletivo, o tempo de serviço será contado para todos os efeitos legais, exceto para promoção por merecimento; b) a hipótese de o servidor ser segurado de regime próprio de previdência social, permanecerá filiado a esse regime, no ente federativo de origem.		

Administração fazendária, servidores fiscais e administração tributária

- A **administração fazendária e seus servidores fiscais** terão precedência sobre os demais setores administrativos, dentro de suas áreas de competência e jurisdição, na forma da lei (art. 37, inciso XVIII da CF/88).

- **As administrações tributárias da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios** terão recursos prioritários para a realização de suas atividades e atuarão de forma integrada, inclusive com o compartilhamento de cadastros e de informações fiscais, na forma da lei ou convênio (art. 37, inciso XXII da CF/88).

Tais administrações são constitucionalmente consideradas atividades essenciais ao funcionamento do Estado, exercidas por servidores de carreiras específicas.

Requisitos e restrições ao agente público que possibilite o acesso a informações privilegiadas

- A lei disporá sobre os **requisitos e as restrições** ao ocupante de cargo ou emprego da administração direta e indireta que possibilite o acesso a **informações privilegiadas** (art. 37, § 7º da CF/88).

Readaptação do servidor titular de cargo efetivo

- O servidor público titular de cargo efetivo poderá ser **readaptado** para exercício de cargo cujas atribuições e responsabilidades sejam **compatíveis com a limitação que tenha sofrido** em sua capacidade **física ou mental, enquanto permanecer nesta condição**, desde que possua a habilitação e o nível de escolaridade exigidos para o cargo de destino, mantida a remuneração do cargo de origem (art. 37, § 13 da CF/88).

Extinção do Regime Jurídico Único (RJU)

- A EC 19/1998 alterou o art. 39, *caput*, da CF/88, no sentido de **extinguir o Regime Jurídico Único**. Porém, em 2007 o STF suspendeu cautelarmente a eficácia da nova redação, voltando a vigorar a



redação original que prevê o RJU, que é a seguinte (cuidado, essa redação não é mais válida, conforme se verificará mais adiante):

*“Art. 39. A União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios instituirão, no âmbito de sua competência, **regime jurídico único** e planos de carreira para os servidores da administração pública direta, das autarquias e das fundações públicas.”*

No RJU, não há obrigatoriedade de que seja um regime jurídico **estatutário**, mas sim, **único, unificado**.

Entretanto, em 2024, o STF²¹ revogou a referida medida cautelar, declarando a constitucionalidade do dispositivo, passando a valer a partir de então (sem eficácia retroativa) a redação prevista na EC 19/1998, qual seja (**guarde a redação a seguir, que é a válida!**):

CF/88, art. 39. A União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios instituirão conselho de política de administração e remuneração de pessoal, integrado por servidores designados pelos respectivos Poderes

Portanto, atualmente encontra-se extinto o Regime Jurídico Único que era previsto no *caput* do art. 39 da CF/88 antes da EC 19/1999.

Mesmo não existindo mais a necessidade de observância pelos entes públicos de um único regime jurídico (RJU) para admitir seus servidores (ou o regime estatutário ou o celetista), as regras de realização de concurso público para a admissão de servidores continuam válidas (art. 37, II, da CF/88), qualquer que seja o regime jurídico aplicável (portanto, os entes públicos deverão realizar concurso público para selecionar servidores, mesmo que optem por contratá-los com base na CLT).

- Precedente(s) e/ou entendimento(s) jurisprudencial(is) importante(s):

JURISPRUDÊNCIA

Não há direito adquirido a regime jurídico²².

Formação e aperfeiçoamento dos servidores, bem como desenvolvimento de programas para melhorias no serviço público

- A União, os Estados e o Distrito Federal manterão escolas de governo para a formação e o aperfeiçoamento dos servidores públicos (art. 39, § 2º da CF/88).

²¹ STF – ADI 2.135

²² STF – AI 598.229 AgR, MS 26.955, RE 599.618 ED, RE 563.965, RE 226.855, dentre outros.



- A CF prevê a aplicação de recursos orçamentários provenientes da economia com despesas correntes em cada órgão, autarquia e fundação, para aplicação no desenvolvimento de programas de qualidade e produtividade, treinamento e desenvolvimento, modernização, reaparelhamento e racionalização do serviço público, inclusive sob a forma de adicional ou prêmio de produtividade (art. 39, § 7º da CF/88).

Essa matéria deverá ser disciplinada por meio de lei da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios (art. 39, § 7º da CF/88).

Regime próprio de previdência dos servidores públicos (RPPS)

Aplicabilidade

- Aplicável apenas aos ocupantes de **cargos públicos efetivos** (art. 40, *caput* e § 18 da CF/88).

Nada obstante, no RPPS serão observados, no que couber, os requisitos e critérios fixados para o Regime Geral de Previdência Social (RGPS), ou seja, trata-se de uma **aplicação subsidiária do RGPS** ao RPPS (art. 30, § 12 da CF/88).

- O RPPS não é aplicável ao agente público ocupante, exclusivamente, de cargo em comissão declarado em lei de livre nomeação e exoneração, de outro cargo temporário, inclusive mandato eletivo, ou de emprego público – a ele, aplica-se o RGPS (art. 40, § 13 da CF/88).

Regras sobre as contribuições

- O RPPS terá **caráter contributivo e solidário**, contando com contribuição do respectivo ente federativo, de servidores ativos, de aposentados e de pensionistas (art. 40, *caput* da CF/88).

- Incidirá **contribuição sobre proventos de aposentadoria e pensões** concedidas pelo RPPS **que superem o limite máximo fixado para os benefícios do RGPS**, com percentual (alíquota) igual ao estabelecido para os servidores titulares de cargos efetivos (art. 40, § 18).

Regras sobre os benefícios

- É assegurado o reajustamento dos benefícios (indistintamente) para preservar-lhes, em caráter permanente, o valor real, conforme critérios estabelecidos em lei (art. 40, § 8º da CF/88).

- Proventos de aposentadoria (regras específicas):

a) as regras para o cálculo dos proventos de aposentadoria serão disciplinadas em lei do respectivo ente federativo (art. 40, § 3º da CF/88);

b) os proventos de aposentadoria não poderão ser inferiores ao salário mínimo ou superiores ao limite máximo do RGPS (art. 40, § 2º da CF/88);



c) todos os valores de remuneração considerados para o cálculo dos proventos de aposentadoria serão devidamente atualizados, na forma da lei (art. 40, § 17 da CF/88);

d) é vedada a percepção de mais de uma aposentadoria à conta de regime próprio de previdência social (ressalvadas as aposentadorias decorrentes dos cargos acumuláveis na forma da Constituição), aplicando-se outras vedações, regras e condições para a acumulação de benefícios previdenciários estabelecidas no RGPS (art. 40, § 6º da CF/88);

e) **CAUTION!** O § 11 do art. 40 da CF/88 dispõe que se aplica o teto geral constitucional (art. 37, XI da CF/88) "à soma total dos proventos de inatividade, inclusive quando decorrentes da acumulação de cargos ou empregos públicos, bem como de outras atividades sujeitas a contribuição para o regime geral de previdência social, e ao montante resultante da adição de proventos de inatividade com remuneração de cargo acumulável na forma da CF/88, cargo em comissão declarado em lei de livre nomeação e exoneração, e de cargo eletivo".

Entretanto, o STF entende que o mencionado teto remuneratório constitucional deve ser aplicado de forma isolada para cada aposentadoria acumulada, ou seja, a soma dos proventos de aposentadoria pode ultrapassar o teto, mas cada aposentadoria individualmente considerada, não²³.

A mesma orientação vale para caso de acumulação de proventos de aposentadoria com remuneração de cargo, função ou emprego público²⁴.

- Pensão por morte (regras específicas):

a) a pensão por morte será concedida nos termos de lei do respectivo ente federativo (art. 40, § 7º da CF/88). Tal lei deverá tratar de forma diferenciada a hipótese de morte decorrente de agressão sofrida no exercício ou em razão da função dos servidores ocupantes dos seguintes cargos:

i) agente penitenciário;

ii) agente socioeducativo;

iii) policial dos seguintes órgãos: Câmara dos Deputados, Senado Federal, Polícia Federal, Polícia Rodoviária Federal e Polícias Civis.

b) quando se tratar da única fonte de renda formal auferida pelo dependente, a pensão por morte não poderá ser inferior ao salário mínimo (art. 40, § 7º da CF/88).

²³ STF – RE 612975/MT.

²⁴ STF – RE 612975/MT.



c) no caso de acumulação de pensão com proventos de aposentadoria ou com remuneração pelo exercício de cargo, emprego ou função públicos, o STF entende que teto constitucional (art. 37, XI da CF/88) incide sobre o somatório de remuneração ou provento e a pensão recebida por servidor (desde que a morte do instituidor da pensão tenha ocorrida em momento posterior ao da EC 19/98)²⁵ – percebe-se que se trata de entendimento oposto ao aplicável ao caso de acumulação de mais de um provento de aposentadoria ou de acumulação de proventos de aposentadoria com remuneração de cargo, função ou emprego público, como já asseverado mais acima.

- Não é lícita a complementação de aposentadorias de servidores públicos e de pensões por morte a seus dependentes por meio do RPPS: a complementação deve decorrer de Regime de Previdência Complementar ou estar em lei que extinga o RPPS (art. 37, § 15 da CF/88), sendo proibida a complementação por qualquer outra fonte (cuidado! Esta restrição não se aplica às aposentadorias e pensões concedidas antes da EC 103/2019).

Modalidades de aposentadoria

- São três modalidades de aposentadoria previstas (art. 40, § 1º, incisos I a III da CF/88):

a) por incapacidade permanente para o trabalho;

Nesse caso, o servidor é aposentado no cargo em que estiver investido, quando insuscetível de readaptação, hipótese em que será obrigatória a realização de avaliações periódicas para verificação da continuidade das condições que ensejaram a concessão da aposentadoria, na forma de lei do respectivo ente federativo.

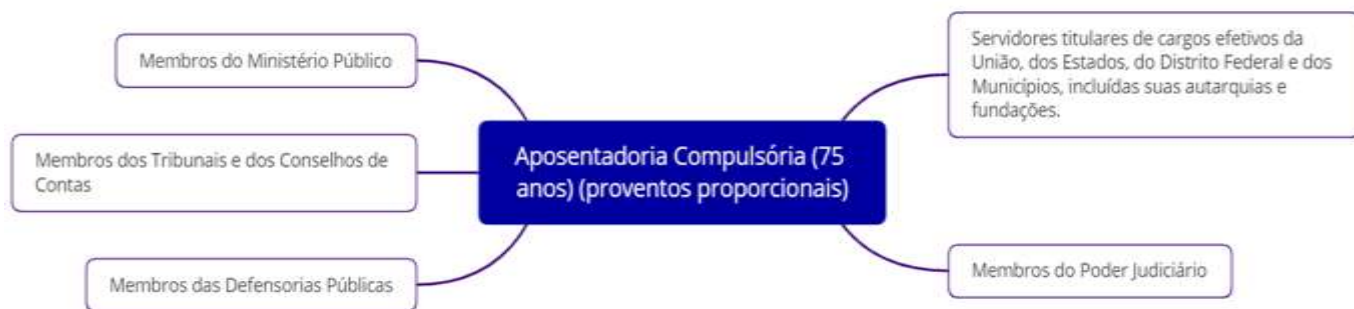
b) compulsória;

Nesse caso, o servidor é aposentado com proventos proporcionais ao tempo de contribuição, aos 70 anos de idade, ou aos 75 anos de idade, na forma de lei complementar.

A lei complementar que trata da matéria é a LC 152/2015, que prevê em seu art. 2º os seguintes agentes públicos que serão aposentados compulsoriamente, com proventos proporcionais ao tempo de contribuição, aos 75 anos de idade:

²⁵ STF – RE 602584/DF.





c) voluntária.

Nesse caso, o servidor é aposentado, no âmbito da União, aos 62 anos de idade, se mulher, e aos 65 anos de idade, se homem, e, no âmbito dos Estados, do DF e dos Municípios, na idade mínima estabelecida mediante emenda às respectivas Constituições e Leis Orgânicas, observados o tempo de contribuição e os demais requisitos estabelecidos em lei complementar do respectivo ente federativo.

	União	Estados, DF e Municípios
Idade mínima	Mulheres – 62 anos Homens – 65 anos	Idade mínima estabelecida mediante emenda às respectivas Constituições e Leis Orgânicas
Tempo de contribuição e demais requisitos	Estabelecidos em lei complementar do respectivo ente federativo	

O servidor titular de cargo efetivo que tenha completado as exigências para a aposentadoria voluntária e que opte por permanecer em atividade poderá fazer jus a um **abono de permanência**, observados critérios a serem estabelecidos em lei do respectivo ente federativo (art. 40, § 19 da CF/88).

O abono será equivalente, no máximo, ao valor da contribuição previdenciária do servidor, até completar a idade para aposentadoria compulsória.

Requisitos e critérios diferenciados e aposentadorias especiais

- É vedada a adoção de requisitos ou critérios diferenciados para concessão de benefícios em regime próprio de previdência social (art. 40, § 4º da CF/88). Entretanto, a própria CF/88 prevê ressalvas, quais sejam (aposentadorias especiais):

a) poderão ser estabelecidos idade e tempo de contribuição diferenciados, por meio de lei complementar do respectivo ente federativo, para aposentadoria dos seguintes servidores:

i) **servidores com deficiência**, previamente submetidos a avaliação biopsicossocial realizada por equipe multiprofissional e interdisciplinar (art. 40, § 4º-A da CF/88).



ii) agente penitenciário, agente socioeducativo e policial da Câmara dos Deputados, do Senado Federal, da Polícia Federal, da Polícia Rodoviária Federal e das Polícias Civis (art. 40, § 4º-B da CF/88).

iii) servidores cujas atividades sejam exercidas com efetiva exposição a agentes químicos, físicos e biológicos prejudiciais à saúde, ou associação desses agentes, vedada a caracterização por categoria profissional ou ocupação (art. 40, § 4º-C da CF/88).

b) ocupantes do **cargo de professor**: terão idade mínima reduzida em 5 anos em relação às idades decorrentes da aplicação do disposto no inciso III do § 1º do art. 40 da CF/88 (hipótese de aposentadoria por idade e tempo de contribuição), desde que comprovem tempo de efetivo exercício das funções de magistério na educação infantil e no ensino fundamental e médio (ou seja, não entra ensino superior!) fixado em lei complementar do respectivo ente federativo (art. 40, § 5º da CF/88).

Contagem de tempo

- O **tempo de contribuição** federal, estadual, distrital ou municipal será contado para fins de **aposentadoria** (trata-se do princípio da reciprocidade do cômputo do tempo de contribuição, que impede nova contagem para aposentadoria quando o servidor interrompe o vínculo com um ente federativo e passa a estabelecer vínculo com outro²⁶) – art. 40, § 9 da CF/88.

Deve ser observado que:

a) para fins de aposentadoria, será assegurada a **contagem recíproca** do tempo de contribuição entre o RGPS e os regimes próprios de previdência social, e destes entre si, observada a **compensação financeira**, de acordo com os critérios estabelecidos em lei (art. 201, § 9º da CF/88).

b) o tempo de serviço militar e o tempo de contribuição ao RGPS ou a RPPS terão **contagem recíproca** para fins de inativação militar ou aposentadoria, e a **compensação financeira** será devida entre as receitas de contribuição referentes aos militares e as receitas de contribuição aos demais regimes (art. 201, § 9º-A da CF/88).

Na aplicação dessa regra, deve ser como serviço militar aquele exercido nas seguintes atividades de que tratam os arts. 42, 142 e 143 da CF/88, quais sejam, aquelas desempenhadas:

I) pelos militares dos Estados, do DF e dos Territórios, compostos pelos membros das Polícias Militares e dos Corpos de Bombeiros Militares (art. 42 da CF/88);

²⁶ Carvalho Filho, José dos Santos. Manual de Direito Administrativo. 35ª edição. Editora Atlas.



II) pelos militares da Forças Armadas (art. 142 da CF/88); e

III) no âmbito do serviço militar obrigatório (art. 143 da CF/88).

- O **tempo de serviço** correspondente ao tempo de contribuição será contado para fins de **disponibilidade** (art. 40, § 9º da CF/88).

Portanto, o tempo de serviço, apenas, não é suficiente para que o servidor faça jus ao benefício, sendo necessário que ele tenha efetuado as contribuições.

A disponibilidade ocorre nos casos de extinção do cargo ou de declaração de sua desnecessidade, sendo aplicável ao servidor estável, que receberá remuneração proporcional ao tempo de serviço, até seu adequado aproveitamento em outro cargo (art. 41, § 3º da CF/88).

- A lei não poderá estabelecer qualquer forma de contagem de **tempo de contribuição fictício** (art. 40, § 10 da CF/88).

- A aposentadoria concedida com a utilização de tempo de contribuição decorrente de cargo, emprego ou função pública, inclusive do RGPS, **acarretará o rompimento do vínculo** que gerou o referido tempo de contribuição (art. 37, § 14 da CF/88).

Demais regras do RPPS

- **É vedada a existência de mais de um RPPS e de mais de um órgão ou entidade gestora desse regime** em cada ente federativo (art. 40, § 20 da CF/88).

Essa vedação abrange todos os poderes, órgãos e entidades autárquicas e fundacionais, que serão responsáveis pelo seu financiamento, observados os critérios, os parâmetros e a natureza jurídica definidos na lei complementar de que trata o § 22 do art. 40 da CF/88 (tratada logo a seguir).

- **É vedada a instituição de novos regimes próprios de previdência social RPPS** (art. 40, § 22 da CF – incluído pela EC 103/2019).

Para os regimes próprios que já existem, lei complementar federal estabelecerá normas gerais de organização, de funcionamento e de responsabilidade em sua gestão, dispondo, entre outros aspectos, sobre:

- a) requisitos para sua extinção e consequente migração para o RGPS;
- b) modelo de arrecadação, de aplicação e de utilização dos recursos;
- c) fiscalização pela União e controle externo e social;
- d) definição de equilíbrio financeiro e atuarial;



- e) condições para instituição do fundo com finalidade previdenciária de que trata o art. 249 da CF/88 e para vinculação a ele dos recursos provenientes de contribuições e dos bens, direitos e ativos de qualquer natureza;
- f) mecanismos de equacionamento do déficit atuarial;
- g) estruturação do órgão ou entidade gestora do regime, observados os princípios relacionados com governança, controle interno e transparência;
- h) condições e hipóteses para responsabilização daqueles que desempenhem atribuições relacionadas, direta ou indiretamente, com a gestão do regime;
- i) condições para adesão a consórcio público;
- j) parâmetros para apuração da base de cálculo e definição de alíquota de contribuições ordinárias e extraordinárias.

Regime de previdência dos ocupantes, exclusivamente de cargo em comissão, bem como de outro cargo temporário ou de emprego público

- O regime de previdência dos ocupantes **exclusivamente de cargo em comissão**, declarado em lei de livre nomeação e exoneração, de **outro cargo temporário**, inclusive mandato eletivo, ou de **emprego público** será o **Regime Geral da Previdência Social** (art. 40, § 13 da CF/88).

Dessa forma, fica vedada a aplicação do Regime Próprio para os ocupantes de cargo em comissão, de cargo temporário e empregados públicos.

Regime de previdência complementar

- O regime de previdência complementar (RPC) deve ser instituído no âmbito de cada ente federativo (União, Estados, Distrito Federal e Municípios), por lei ordinária de iniciativa do respectivo Poder Executivo, para servidores públicos ocupantes de cargo efetivo (art. 40, § 14 da CF/88).

No âmbito federal, a Lei 12.618/2021 instituiu o regime de previdência para os servidores públicos titulares de cargo efetivo da União, suas autarquias e fundações, inclusive para os membros do Poder Judiciário, do Ministério Público da União e do Tribunal de Contas da União.

- Na instituição do RPC, deve ser observado o limite máximo dos benefícios do RGPS para o valor das aposentadorias e das pensões em RPPS (art. 40, § 14 da CF/88), sendo vedada a complementação de aposentadorias de servidores públicos e de pensões por morte a seus dependentes que não seja decorrente do RPC ou que não seja prevista em lei que extinga regime próprio de previdência social (art. 37, § 15 da CF/88 – cuidado! Esta restrição não se aplica às aposentadorias e pensões concedidas antes da EC 103/2019).



- O RPC deverá oferecer plano de benefícios somente na modalidade **contribuição definida** (art. 40, § 15 da CF/88).

Nessa modalidade, o benefício a ser recebido no momento da aposentadoria varia em função da quantia acumulada a partir das contribuições realizadas ao longo do tempo e da rentabilidade do saldo investido²⁷.

- O RPC deverá ser efetivado por intermédio de entidade **fechada** de previdência complementar ou de entidade **aberta** de previdência complementar (art. 40, § 15 da CF/88).

- O RPC deverá observar as regras constitucionais que tratam regime de previdência privada, de caráter complementar, organizado de forma autônoma em relação ao RGPS, de caráter facultativo (art. 202 da CF/88).

- Para servidores que tiverem ingressado no serviço público até a data da publicação do ato de instituição do correspondente RPC: somente mediante prévia e expressa opção do servidor estará ele sujeito ao RPC (art. 40, § 16 da CF/88).

Portanto, os que tiverem ingressado após a vigência do ato instituidor do regime já ingressam automaticamente no RPC.

Estabilidade dos servidores efetivos

- **Requisitos para aquisição da estabilidade** do servidor público (art. 41, *caput* e § 4º da CF/88):



- **A perda do cargo por parte do servidor público estável** só poderá ocorrer:

a) em virtude de **sentença judicial transitada em julgado** (art. 41, § 1º da CF/88);

Nada obstante, caso o servidor estável tenha invalidada a sua demissão por sentença judicial, será reintegrado ao cargo que ocupava (art. 41, § 2º da CF/88). A invalidação opera efeitos retroativos (*ex tunc*). O eventual ocupante da vaga, se estável, será reconduzido ao cargo de origem, sem direito à indenização, ou proveitado em outro cargo, recebendo a remuneração

²⁷ Carvalho Filho, José dos Santos. Manual de Direito Administrativo. 35ª edição. Editora Atlas.



do outro cargo, ou então posto em disponibilidade, hipótese em que a remuneração será proporcional ao tempo de serviço (art. 41, § 2º da CF/88).

b) mediante **processo administrativo** em que lhe seja assegurada ampla defesa (art. 41, § 1º da CF/88);

c) mediante procedimento de **avaliação periódica de desempenho**, na forma de lei complementar, assegurada ampla defesa (art. 41, § 1º da CF/88);

d) caso as despesa com pessoal do ente federado exceda os limites estabelecidos em lei complementar e a adoção das seguintes medidas não tenha sido suficiente para assegurar o cumprimento daqueles limites: (i) a redução em pelo menos vinte por cento das despesas com cargos em comissão e funções de confiança e (ii) a exoneração dos servidores não estáveis (art. 169, §§ 3º e 4º da CF/88).

O servidor que perder o cargo nessa situação fará jus a indenização correspondente a um mês de remuneração por ano de serviço (art. 169, § 5º da CF/88) e o cargo objeto da redução de despesa com pessoal será considerado extinto, vedada a criação de cargo, emprego ou função com atribuições iguais ou assemelhadas pelo prazo de quatro anos (art. 169, § 6º da CF/88).

- **Caso ocorra a extinção do cargo ou a declaração de sua desnecessidade**, o servidor estável ficará em disponibilidade, com remuneração proporcional ao tempo de serviço, até seu adequado aproveitamento em outro cargo (art. 41, § 3º da CF/88).

- Ainda que os empregados públicos concursados não gozem da estabilidade prevista no art. 41 da CF/88, a sua demissão deve ser devidamente motivada, não sendo necessário procedimento administrativo, mas apenas ato formal que indique claramente, ainda que de forma simples, as razões da demissão²⁸.

Militares

- Principais regras constitucionais aplicáveis aos militares:

Militares dos Estados, do DF e dos Territórios - membros das Polícias Militares e Corpos de Bombeiros Militares (art. 42 da CF/88)	Militares das Forças Armadas (art. 142 da CF/88)
I – aplicam-se aos militares dos Estados, do Distrito Federal e dos Territórios, além do que vier a ser fixado em lei, as disposições do art. 14, § 8º; do	I - as patentes, com prerrogativas, direitos e deveres a elas inerentes, são conferidas pelo Presidente da República e asseguradas em plenitude aos oficiais da ativa, da reserva ou reformados, sendo-lhes privativos os títulos e postos militares e, juntamente com os demais membros, o uso dos uniformes das Forças Armadas;

²⁸ STF – RE 688267



art. 40, § 9º; e do art. 142, §§ 2º e 3º, todos da CF/88, cabendo a lei estadual específica dispor sobre as matérias do art. 142, § 3º, inciso X da CF/88, sendo as patentes dos oficiais conferidas pelos respectivos governadores;

II – aos pensionistas dos militares dos Estados, do Distrito Federal e dos Territórios aplica-se o que for fixado em lei específica do respectivo ente estatal;

III – aplica-se aos militares dos Estados, do Distrito Federal e dos Territórios o disposto no art. 37, inciso XVI da CF/88, com prevalência da atividade militar;

IV – Compete à União organizar e manter a polícia militar e o corpo de bombeiros militar do Distrito Federal (art. 21, XIV da CF/88);

V - "Compete privativamente à União legislar sobre vencimentos dos membros das polícias civil e militar e do corpo de bombeiros militar do Distrito Federal"²⁹.

II - o militar em atividade que tomar posse em cargo ou emprego público civil permanente, ressalvada a hipótese prevista no art. 37, inciso XVI, alínea "c" da CF/88 será transferido para a reserva, nos termos da lei;

III - o militar da ativa que, de acordo com a lei, tomar posse em cargo, emprego ou função pública civil temporária, não eletiva, ainda que da administração indireta, ressalvada a hipótese prevista no art. 37, inciso XVI, alínea "c" da CF/88, ficará agregado ao respectivo quadro e somente poderá, enquanto permanecer nessa situação, ser promovido por antiguidade, contando-se-lhe o tempo de serviço apenas para aquela promoção e transferência para a reserva, sendo depois de dois anos de afastamento, contínuos ou não, transferido para a reserva, nos termos da lei;

IV - ao militar são proibidas a sindicalização e a greve;

V - o militar, enquanto em serviço ativo, não pode estar filiado a partidos políticos;

VI - o oficial só perderá o posto e a patente se for julgado indigno do oficialato ou com ele incompatível, por decisão de tribunal militar de caráter permanente, em tempo de paz, ou de tribunal especial, em tempo de guerra;

VII - o oficial condenado na justiça comum ou militar a pena privativa de liberdade superior a dois anos, por sentença transitada em julgado, será submetido ao julgamento previsto no inciso anterior;

VIII - aplica-se aos militares o disposto no art. 7º, incisos VIII, XII, XVII, XVIII, XIX e XXV, e no art. 37, incisos XI, XIII, XIV e XV, bem como, na forma da lei e com prevalência da atividade militar, no art. 37, inciso XVI, alínea "c", todos da CF/88;

IX - a lei disporá sobre o ingresso nas Forças Armadas, os limites de idade, a estabilidade e outras condições de transferência do militar para a inatividade, os direitos, os deveres, a remuneração, as prerrogativas e outras situações especiais dos militares, consideradas as peculiaridades de suas atividades, inclusive aquelas cumpridas por força de compromissos internacionais e de guerra.

²⁹ STF - Súmula Vinculante 39.



QUESTÕES ESTRATÉGICAS

Nesta seção, apresentamos e comentamos uma amostra de questões objetivas selecionadas estrategicamente: são questões com nível de dificuldade semelhante ao que você deve esperar para a sua prova e que, em conjunto, abordam os principais pontos do assunto.

A ideia, aqui, não é que você fixe o conteúdo por meio de uma bateria extensa de questões, mas que você faça uma boa revisão global do assunto a partir de, relativamente, poucas questões.



1. (Instituto AOCP/2024/UFMT/Assistente em Administração) Em relação às atribuições de direção, chefia e assessoramento, previstas expressamente na Constituição Federal de 1988, assinale a alternativa correta.

- a) Relacionam-se apenas com as funções de confiança, exercidas exclusivamente por servidores ocupantes de cargo efetivo.
- b) Relacionam-se apenas com os cargos em comissão, a serem preenchidos por servidores de carreira nos casos, condições e percentuais mínimos previstos em lei.
- c) Relacionam-se com as funções de confiança, a serem preenchidas por servidores de carreira nos casos, condições e percentuais mínimos previstos em lei, e com os cargos de confiança exercidos exclusivamente por servidores ocupantes de cargo efetivo.
- d) Relacionam-se com as funções de confiança, exercidas exclusivamente por servidores ocupantes de cargo efetivo, e os cargos em comissão, a serem preenchidos por servidores de carreira nos casos, condições e percentuais mínimos previstos em lei, destinam-se apenas às atribuições de direção, chefia e assessoramento.

Comentários

A alternativa correta é a letra D, pois as atribuições de direção, chefia e assessoramento relacionam-se com as funções de confiança e com os cargos em comissão, conforme inciso V do artigo 37 da Constituição Federal:

Art. 37, V - as funções de confiança, exercidas exclusivamente por servidores ocupantes de cargo efetivo, e os cargos em comissão, a serem preenchidos por servidores de



carreira nos casos, condições e percentuais mínimos previstos em lei, destinam-se apenas às atribuições de direção, chefia e assessoramento;

As letras A e B erram ao dizer que se relacionam “apenas” com funções de confiança ou cargos de comissão, ao passo que a letra C inverte o as funções de confiança e os cargos em comissão.

Gabarito: Letra D.

2. (Instituto AOC/2024/DPE-MS/Técnico de Defensoria) Considerando o disposto na Constituição da República Federativa do Brasil de 1988, assinale a alternativa correta sobre a Administração Pública.

- a) Somente por lei específica poderá ser criada autarquia e autorizada a instituição de empresa pública, de sociedade de economia mista e de fundação, cabendo à lei complementar, neste último caso, definir as áreas de sua atuação.
- b) Os vencimentos dos cargos do Poder Legislativo e do Poder Executivo não poderão ser superiores aos pagos pelo Poder Judiciário.
- c) Os acréscimos pecuniários percebidos por servidor público serão computados e acumulados para fins de concessão de acréscimos ulteriores.
- d) É permitida a vinculação ou equiparação de espécies remuneratórias para efeito de remuneração de pessoal do serviço público.
- e) É defeso ao servidor público civil a associação sindical.

Comentários

Letra A – **correta**. Conforme inciso XIX, artigo 37 da Constituição Federal.

Art. 37, XIX – somente por lei específica poderá ser criada autarquia e autorizada a instituição de empresa pública, de sociedade de economia mista e de fundação, cabendo à lei complementar, neste último caso, definir as áreas de sua atuação;

Letra B – **incorreta**. Os vencimentos dos cargos do Poder Legislativo e do Poder Judiciário não poderão ser superiores aos pagos pelo Poder Executivo, por força do inciso XII, artigo 37 da Constituição Federal.

*Art. 37, XII - os vencimentos dos cargos do Poder Legislativo e do Poder **Judiciário** não poderão ser superiores aos pagos pelo Poder **Executivo**;*



Letra C – **incorreta**. Conforme inciso XIV, artigo 37 da Constituição Federal, ao contrario do que afirma a alternativa, os acréscimos pecuniários percebidos por servidor público não serão computados nem acumulados para fins de concessão de acréscimos ulteriores.

*Art. 37, XIV - os acréscimos pecuniários percebidos por servidor público **não serão computados nem acumulados** para fins de concessão de acréscimos ulteriores;*

Letra D – **incorreta**. O inciso XIII, artigo 37 da Constituição Federal, veda a vinculação ou equiparação de espécies remuneratórias para efeito de remuneração de pessoal do serviço público.

Art. 37, XIII - é vedada a vinculação ou equiparação de quaisquer espécies remuneratórias para o efeito de remuneração de pessoal do serviço público;

Letra E – **incorreta**. O inciso VI, artigo 37 da Constituição Federal, não proíbe, mas sim garante ao servidor público civil o direito à livre associação sindical.

Art. 37, VI - é garantido ao servidor público civil o direito à livre associação sindical;

Gabarito: Letra A.

3. (Instituto AOCP/2024/CBM-PE/Soldado) Assinale a alternativa correta, de acordo com o que dispõe a Constituição da República Federativa do Brasil sobre a Administração Pública (Capítulo VII).

- a) O prazo de validade do concurso público será de até três anos, prorrogável uma vez, por igual período.
- b) Os cargos em comissão, exercidos exclusivamente por servidores ocupantes de cargo efetivo, serão preenchidos por servidores de carreira nos casos, condições e percentuais mínimos previstos em lei.
- c) A proibição de acumulação remunerada de cargos, empregos e funções públicos não abrange autarquias ou fundações públicas de direito público.
- d) A lei estabelecerá os casos de contratação por tempo determinado para atender a necessidade temporária de excepcional interesse público.
- e) Os vencimentos dos cargos do Poder Legislativo e do Poder Executivo não poderão ser superiores aos pagos pelo Poder Judiciário.

Comentários



Letra A - **incorreta**. Conforme inciso III, artigo 37 da Constituição Federal, o prazo de validade do concurso público será de até dois anos, não três anos, prorrogável por uma vez por igual período.

Art. 37, III - o prazo de validade do concurso público será de até dois anos, prorrogável uma vez, por igual período;

Letra B - **incorreta**. Conforme inciso V, artigo 37 da Constituição Federal, as funções de confiança serão exercidas exclusivamente por servidores ocupantes de cargo efetivo, já os cargos em comissão serão preenchidos por servidores de carreira nos casos, condições e percentuais mínimos previstos em lei.

Art. 37, V - as funções de confiança, exercidas exclusivamente por servidores ocupantes de cargo efetivo, e os cargos em comissão, a serem preenchidos por servidores de carreira nos casos, condições e percentuais mínimos previstos em lei, destinam-se apenas às atribuições de direção, chefia e assessoramento;

Letra C - **incorreta**. A proibição de acumulação remunerada de cargos, empregos e funções públicos abrange autarquias e fundações públicas de direito público, conforme dispõe inciso XVII, artigo 37 da Constituição Federal.

Art. 37, XVII - a proibição de acumular estende-se a empregos e funções e abrange autarquias, fundações, empresas públicas, sociedades de economia mista, suas subsidiárias, e sociedades controladas, direta ou indiretamente, pelo poder público;

Letra D - **correta**. Conforme inciso IX, artigo 37 da Constituição Federal.

Art. 37, IX - a lei estabelecerá os casos de contratação por tempo determinado para atender a necessidade temporária de excepcional interesse público;

Letra E - **incorreta**. Os vencimentos dos cargos do Poder Legislativo e do Poder Executivo não poderão ser superiores aos pagos pelo Poder Executivo, e não pelo Poder Judiciário.

Art. 37, XII - os vencimentos dos cargos do Poder Legislativo e do Poder Judiciário não poderão ser superiores aos pagos pelo Poder Executivo;

Gabarito: Letra D.

4. (Instituto AOCP/2024/UFMT/Assistente em Administração) Assinale a alternativa que NÃO apresenta uma disposição expressa na Constituição Federal de 1988 aplicável à administração pública direta e indireta de qualquer dos Poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios.



- a) Os cargos, empregos e funções públicas são acessíveis aos brasileiros que preencham os requisitos estabelecidos em lei, assim como aos estrangeiros, na forma da lei.
- b) A investidura em cargo ou emprego público depende de aprovação prévia em concurso público de provas ou de provas e títulos, de acordo com a natureza e a complexidade do cargo ou emprego, na forma prevista em lei, ressalvadas as nomeações para cargo em comissão declarado em lei de livre nomeação e exoneração.
- c) A lei estabelecerá os casos de contratação por tempo indeterminado para atender a necessidade temporária de excepcional interesse público.
- d) A lei reservará percentual dos cargos e empregos públicos para as pessoas portadoras de deficiência e definirá os critérios de sua admissão.

Comentários

A alternativa que traz uma exceção à disposição expressa na Constituição Federal é a letra C, pois com base no inciso IX, artigo 37, para atender a necessidade temporária de excepcional a lei estabelecerá os casos de contratação por tempo determinado, não indeterminado.

Art. 37, IX - a lei estabelecerá os casos de contratação por tempo determinado para atender a necessidade temporária de excepcional interesse público;

As demais alternativas estão conforme texto constitucional.

*Art. 37, I - os cargos, empregos e funções públicas são acessíveis aos brasileiros que preencham os requisitos estabelecidos em lei, assim como aos estrangeiros, na forma da lei; (Letra A – **correta**)*

(...)

*II - a investidura em cargo ou emprego público depende de aprovação prévia em concurso público de provas ou de provas e títulos, de acordo com a natureza e a complexidade do cargo ou emprego, na forma prevista em lei, ressalvadas as nomeações para cargo em comissão declarado em lei de livre nomeação e exoneração; (Letra B – **correta**)*

(...)

*VIII - a lei reservará percentual dos cargos e empregos públicos para as pessoas portadoras de deficiência e definirá os critérios de sua admissão; (Letra D – **correta**)*

Gabarito: Letra C.



5. (Instituto AOCP/2024/UFMT/Assistente em Administração) Os princípios da legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência, segundo disposição expressa na Constituição Federal de 1988, devem ser obedecidos pela

- a) administração pública direta e indireta de qualquer dos Poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios.
- b) administração pública direta de qualquer dos Poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios.
- c) administração pública direta e indireta de qualquer dos Poderes da União, dos Estados e do Distrito Federal.
- d) administração pública direta de qualquer dos Poderes da União, dos Estados e dos Municípios.

Comentários

A alternativa correta é a letra A, pois os princípios da legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência devem ser obedecidos pela administração pública direta e indireta de qualquer dos Poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, conforme *caput* do artigo 37 da Constituição Federal.

Art. 37. A administração pública direta e indireta de qualquer dos Poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios obedecerá aos princípios de legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência e, também, ao seguinte:

Gabarito: Letra A.

6. (Instituto AOCP/2024/UFMT/Assistente em Administração) Assinale a alternativa que apresenta uma exceção à vedação de acumulação remunerada de cargos públicos, em conformidade com disposições expressas na Constituição Federal de 1988.

- a) A de dois cargos técnicos ou científicos.
- b) A de um cargo de professor e um cargo ou emprego privativo de profissionais de saúde, com profissões regulamentadas.
- c) A de dois cargos ou empregos privativos de profissionais de saúde, com profissões regulamentadas.



d) A de um cargo ou emprego privativo de profissional de saúde e um cargo técnico ou científico.

Comentários

Letra A - **incorreta**. Não é possível cumular dois cargos técnicos ou científicos, mas sim algum destes com outro de professor, conforme alínea b, inciso XVI, artigo 37 da Constituição Federal.

Art. 37, XVI - é vedada a acumulação remunerada de cargos públicos, exceto, quando houver compatibilidade de horários, observado em qualquer caso o disposto no inciso XI:

(...)

b) a de um cargo de professor com outro técnico ou científico;

Letra B - **incorreta**. É possível a cumulação de dois cargos de professor ou um deste com outro técnico ou científico, conforme alíneas a e b, inciso XVI, artigo 37 da Constituição Federal, mas não a cumulação de um cargo de professor com outro cargo ou emprego privativo de profissionais de saúde.

Art. 37, XVI - é vedada a acumulação remunerada de cargos públicos, exceto, quando houver compatibilidade de horários, observado em qualquer caso o disposto no inciso XI:

a) a de dois cargos de professor;

b) a de um cargo de professor com outro técnico ou científico;

Letra C - **correta**. Conforme alínea c, inciso XVI, artigo 37 da Constituição Federal.

Art. 37, XVI, c) a de dois cargos ou empregos privativos de profissionais de saúde, com profissões regulamentadas;

Letra D - **incorreta**. Como visto acima na alínea b, inciso XVI, artigo 37 da Constituição Federal, somente será possível cumular um cargo técnico ou científico com outro de professor.

Gabarito: Letra C.

7. (Instituto AOCP/2024/UFMT/Técnico Laboratório) Segundo disposição expressa na Constituição Federal de 1988, assinale a alternativa correta.



- a) A publicidade dos atos, programas, obras, serviços e campanhas dos órgãos públicos deverá ter caráter educativo, informativo ou de orientação social, dela não podendo constar nomes, símbolos ou imagens que caracterizem promoção pessoal de autoridades ou servidores públicos.
- b) A publicidade dos atos, programas, obras, serviços e campanhas dos órgãos públicos deverá ter caráter apenas informativo ou de orientação social, dela não podendo constar nomes, símbolos ou imagens que caracterizem promoção pessoal de autoridades ou servidores públicos.
- c) A publicidade dos atos, programas, obras, serviços e campanhas dos órgãos públicos deverá ter caráter educativo, informativo ou de orientação social, dela podendo constar nomes, símbolos ou imagens que caracterizem promoção pessoal de autoridades ou servidores públicos.
- d) A publicidade dos atos, programas, obras, serviços e campanhas dos órgãos públicos deverá ter caráter educativo, dela podendo constar nomes, símbolos ou imagens que caracterizem promoção pessoal de autoridades ou servidores públicos.

Comentários

A alternativa correta é a letra A, pois transcreve corretamente o texto do § 1º, artigo 37 da Constituição Federal.

*Art. 37, § 1º A publicidade dos atos, programas, obras, serviços e campanhas dos órgãos públicos deverá ter **caráter educativo, informativo ou de orientação social**, dela **não podendo constar** nomes, símbolos ou imagens que caracterizem promoção pessoal de autoridades ou servidores públicos.*

Quanto às demais alternativas, a letra B erra em razão do “apenas”, pois deixa de incluir o caráter educativo. As letras C e D erram ao dizer que podem conter identificações que caracterizem promoção pessoal.

Gabarito: Letra A.

8. (Instituto AOCP/2024/UFMT/Técnico Laboratório) A fixação dos padrões de vencimento e dos demais componentes do sistema remuneratório observará, conforme disposições expressas na Constituição Federal de 1988,

- a) os requisitos para a nomeação.
- b) as peculiaridades dos cargos.
- c) apenas a natureza e o grau de responsabilidade dos cargos componentes de cada carreira.



d) apenas o grau de responsabilidade e a complexidade dos cargos componentes de cada carreira.

Comentários

Letra A - **incorreta**. Conforme inciso II, § 1º, artigo 39 da Constituição Federal, a fixação dos padrões de vencimento e dos demais componentes do sistema remuneratório observará, dentre outros, os requisitos para a investidura, não para nomeação.

Art. 39, § 1º A fixação dos padrões de vencimento e dos demais componentes do sistema remuneratório observará:

(...)

II - os requisitos para a investidura;

Letra B - **correta**. Conforme inciso III, § 1º, artigo 39 da Constituição Federal.

Art. 39, § 1º A fixação dos padrões de vencimento e dos demais componentes do sistema remuneratório observará:

(...)

III - as peculiaridades dos cargos.

Letras C e D - **incorretas**. A fixação dos padrões de vencimento e dos demais componentes do sistema remuneratório observará, dentre outros a natureza, o grau de responsabilidade e a complexidade dos cargos componentes de cada carreira.

Art. 39, § 1º A fixação dos padrões de vencimento e dos demais componentes do sistema remuneratório observará:

I - a natureza, o grau de responsabilidade e a complexidade dos cargos componentes de cada carreira;

Gabarito: Letra B.

9. (Instituto AOCF/2022/FUNDASE-RN/Agente Socioeducativo) Eduardo pretende seguir carreira como servidor público e, em seus estudos, aprendeu que os princípios da legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência regem a administração pública direta e indireta. Sobre esse tema, é correto afirmar que



- a) Eduardo deve estar ciente de que os cargos, empregos e funções públicas são acessíveis aos brasileiros, sem necessidade de preenchimento de nenhum tipo de pré-requisito para tanto.
- b) Eduardo, se aprovado em concurso público de provas ou de provas de títulos, será convocado de forma prioritária, pois a admissão obedece à ordem alfabética.
- c) os atos de improbidade administrativa não se constituem na suspensão dos direitos políticos, mas apenas na perda da função pública e na indisponibilidade dos bens, bem como ressarcimento ao erário.
- d) Eduardo deve estar ciente de que o prazo de validade do concurso público será de até cinco anos, sendo prorrogável uma vez por igual período.
- e) Eduardo, ao se tornar servidor público civil, continuará usufruindo do direito à livre associação sindical.

Comentários

Letra A - **incorreta**. Com base no inciso I, artigo 37 da Constituição Federal, os cargos, empregos e funções públicas são acessíveis aos brasileiros e estrangeiros, que preencham os requisitos estabelecidos em lei.

- *Art. 37, I - os cargos, empregos e funções públicas são acessíveis aos brasileiros que preencham os requisitos estabelecidos em lei, assim como aos estrangeiros, na forma da lei;*

Letra B - **incorreta**. A convocação para admissão não obedece à ordem alfabética. Ademais, o inciso IV, artigo 37 da Constituição Federal, garante a prioridade de convocação para aquele aprovado em concurso público sobre novos concursados.

Art. 37, IV - durante o prazo improrrogável previsto no edital de convocação, aquele aprovado em concurso público de provas ou de provas e títulos será convocado com prioridade sobre novos concursados para assumir cargo ou emprego, na carreira;

Letra C - **incorreta**. Conforme § 4º, artigo 37 da Constituição Federal, os atos de improbidade administrativa importarão na suspensão dos direitos políticos, na perda da função pública, na indisponibilidade dos bens, e o ressarcimento ao erário.

Art. 37, § 4º - Os atos de improbidade administrativa importarão a suspensão dos direitos políticos, a perda da função pública, a indisponibilidade dos bens e o ressarcimento ao erário, na forma e gradação previstas em lei, sem prejuízo da ação penal cabível.



Letra D - **incorreta**. O prazo de validade do concurso público será de até dois anos, sendo prorrogável uma vez por igual período, e não cinco, conforme inciso III, artigo 37 da Constituição Federal.

Art. 37, III - o prazo de validade do concurso público será de até dois anos, prorrogável uma vez, por igual período;

Letra E - **correta**. Conforme inciso VI, artigo 37 da Constituição Federal.

Art. 37, VI - é garantido ao servidor público civil o direito à livre associação sindical;

Gabarito: Letra E.

10. (Instituto AOCP/2022/IF-RO/Técnico Administrativo em Educação) Considerando o que afirma a Constituição Federal de 1988 sobre o servidor público da administração direta, autárquica e fundacional, no exercício de mandato eletivo, assinale a alternativa correta.

- a) Tratando-se de mandato estadual ou distrital, não será afastado de seu cargo, emprego ou função.
- b) Investido no mandato de Prefeito, será afastado do cargo, emprego ou função, não sendo-lhe facultado optar pela sua remuneração.
- c) Investido no mandato de Vereador, deverá ser afastado do cargo, emprego ou função, ainda que haja compatibilidade de horários.
- d) Em qualquer caso que exija o afastamento para o exercício de mandato eletivo, seu tempo de serviço será contado para todos os efeitos legais, inclusive para promoção por merecimento.
- e) Na hipótese de ser segurado de regime próprio de previdência social, permanecerá filiado a esse regime, no ente federativo de origem.

Comentários

Vamos analisar as alternativas:

Letra a) **incorreta**. No caso de servidor público em exercício de mandato eletivo estadual ou distrital, ele ficará afastado de seu cargo, emprego ou função, conforme previsto no inciso I, artigo 38 da Constituição Federal.

Art. 38. Ao servidor público da administração direta, autárquica e fundacional, no exercício de mandato eletivo, aplicam-se as seguintes disposições:



I - tratando-se de mandato eletivo federal, estadual ou distrital, ficará afastado de seu cargo, emprego ou função;

Letra b) **incorreta**. O servidor público investido no cargo de Prefeito pode optar pela sua remuneração em detrimento da remuneração do cargo de Prefeito, conforme previsto no inciso II, artigo 38 da Constituição Federal.

Art. 38, II - investido no mandato de Prefeito, será afastado do cargo, emprego ou função, sendo-lhe facultado optar pela sua remuneração;

Letra c) **incorreta**. O servidor investido no cargo de Vereador poderá acumular o cargo e as vantagens se houver compatibilidade de horários, conforme previsto no inciso III, artigo 38 da Constituição Federal.

Art. 38, III - investido no mandato de Vereador, havendo compatibilidade de horários, perceberá as vantagens de seu cargo, emprego ou função, sem prejuízo da remuneração do cargo eletivo, e, não havendo compatibilidade, será aplicada a norma do inciso anterior;

Letra d) **incorreta**. Nos casos de afastamento do servidor público para exercício de mandato eletivo, o tempo de serviço não contará para promoção por merecimento, conforme previsto no inciso IV, artigo 38 da Constituição Federal.

Art. 38, IV - em qualquer caso que exija o afastamento para o exercício de mandato eletivo, seu tempo de serviço será contado para todos os efeitos legais, exceto para promoção por merecimento;

Letra e) **correta**. A alternativa replica o inciso V do artigo 38 da Constituição Federal.

Art. 38, V - na hipótese de ser segurado de regime próprio de previdência social, permanecerá filiado a esse regime, no ente federativo de origem.

Gabarito: Letra E.



QUESTIONÁRIO DE REVISÃO E APERFEIÇOAMENTO

Perguntas

1. Nas licitações, conforme a CF, qual mecanismo a lei poderá permitir para que haja garantia do cumprimento das obrigações?
2. Que consequências a CF prevê caso constatado ato de improbidade administrativa?
3. A responsabilidade civil do Estado alcança que pessoas?
4. O que dispõe o princípio da legalidade?
5. Legalidade é o mesmo que legitimidade? Comente.
6. Quem deve observar a moralidade administrativa?
7. O que preceitua o princípio da eficiência?
8. O que são os princípios implícitos da Administração Pública? Eles possuem menos relevância que os expressos no *caput* do art. 37 da CF?
9. O poder de tutela é o mesmo que autotutela? Explique.
10. Qual a diferença entre cargo público e emprego público?

Perguntas com respostas

1. Nas licitações, conforme a CF, qual mecanismo a lei poderá permitir para que haja garantia do cumprimento das obrigações?

A lei poderá permitir exigências de qualificação técnica e econômica, desde que indispensáveis à garantia do cumprimento das obrigações (CF, art. 37, XXI).

2. Que consequências a CF prevê caso constatado ato de improbidade administrativa?

Suspensão dos direitos políticos, perda da função pública, indisponibilidade dos bens e ressarcimento ao erário, na forma e gradação previstas em lei, sem prejuízo da ação penal cabível (CF, art. 37, § 4º).

3. A responsabilidade civil do Estado alcança que pessoas?



Pessoas jurídicas de direito público e as de direito privado prestadoras de serviços públicos, integrantes ou não da Administração Pública (CF, art. 37, § 6º).

4. O que dispõe o princípio da legalidade?

O princípio da legalidade prescreve que a Administração só pode agir quando há imposição ou permissão da lei (considerada em sentido amplo), sendo que a atividade administrativa deve se dar no mesmo sentido (e não contra) e nos exatos limites (nunca além) de tal determinação ou autorização legal.

5. Legalidade é o mesmo que legitimidade? Comente.

Não, a legitimidade é mais abrangente que a legalidade, já que significa não somente agir conforme o texto da lei, mas também obedecer aos demais princípios administrativos.

6. Quem deve observar a moralidade administrativa?

A moralidade administrativa deve ser observada tanto pelos agentes públicos quanto pelo particular ao se relacionar com a Administração.

7. O que preceitua o princípio da eficiência?

Impõe que a Administração exerça sua atividade com presteza, perfeição, rendimento funcional, produtividade, qualidade, desburocratização, de forma a obter o melhor resultado possível no atendimento do interesse público. Preceitua a adequação dos meios empregados aos fins vislumbrados, a ponderação da relação custo/benefício da ação.

O princípio da eficiência está relacionado ao modelo de administração pública gerencial e alcança não somente os serviços públicos prestados diretamente à coletividade, mas também os serviços administrativos internos da Administração.

8. O que são os princípios implícitos da Administração Pública? Eles possuem menos relevância que os expressos no caput do art. 37 da CF?

Os princípios implícitos são aqueles reconhecidos pela doutrina e jurisprudência. Possuem a MESMA relevância que os princípios expressos.

9. O poder de tutela é o mesmo que autotutela? Explique.

Não. O poder de tutela é caracterizado pela supervisão (controle de natureza finalística, também chamado de “supervisão ministerial”) realizada pela administração direta sobre as entidades da administração indireta. Já a autotutela preceitua que a Administração Pública tem o poder-dever de controlar seus próprios atos.

10. Qual a diferença entre cargo público e emprego público?



A relação entre o agente investido em cargo público e o Estado é regida por um regime jurídico estatutário definido em lei. Já no caso do agente ocupante de emprego público, tal relação é estabelecida em contrato e regida pela CLT.

Além disso, cargos públicos integram a estrutura de órgãos e entidades de direito público, enquanto os empregos públicos são mais comuns nas entidades administrativas de direito privado.



REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALEXANDRINO, Marcelo. DIAS, Frederico. PAULO, Vicente. Aulas de direito constitucional para concursos. 2. ed. Rio de Janeiro: Forense; São Paulo: MÉTODO, 2013.

BRASIL. Supremo Tribunal Federal (STF). A Constituição e o Supremo. 5. ed. Brasília: STF, Secretaria de Documentação, 2016.

CARVALHO FILHO, José dos Santos. Manual de Direito Administrativo. 30. ed. São Paulo: Atlas, 2016.

DI PIETRO, Maria Sylvia Zanella. Direito Administrativo. 29. ed. Rio de Janeiro: Forense, 2016.

FURTADO, Lucas Rocha. Curso de direito administrativo. 5. ed. Belo Horizonte: Fórum, 2016.

JUSTEN FILHO, Marçal. Curso de direito administrativo. 10. ed. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2014.

LIMA, Gustavo Augusto F. de. Agências reguladoras e o poder normativo. 1. ed. São Paulo: Baraúna, 2013.

LENZA, Pedro. Direito Constitucional Esquematizado. 20. ed. São Paulo: Saraiva, 2016.

MEIRELLES, Hely Lopes. Direito administrativo brasileiro. 40. ed. São Paulo: Malheiros, 2014.



ESSA LEI TODO MUNDO CONHECE: PIRATARIA É CRIME.

Mas é sempre bom revisar o porquê e como você pode ser prejudicado com essa prática.



1 Professor investe seu tempo para elaborar os cursos e o site os coloca à venda.



2 Pirata divulga ilicitamente (grupos de rateio), utilizando-se do anonimato, nomes falsos ou laranjas (geralmente o pirata se anuncia como formador de "grupos solidários" de rateio que não visam lucro).



3 Pirata cria alunos fake praticando falsidade ideológica, comprando cursos do site em nome de pessoas aleatórias (usando nome, CPF, endereço e telefone de terceiros sem autorização).



4 Pirata compra, muitas vezes, clonando cartões de crédito (por vezes o sistema anti-fraude não consegue identificar o golpe a tempo).



5 Pirata fere os Termos de Uso, adultera as aulas e retira a identificação dos arquivos PDF (justamente porque a atividade é ilegal e ele não quer que seus fakes sejam identificados).



6 Pirata revende as aulas protegidas por direitos autorais, praticando concorrência desleal e em flagrante desrespeito à Lei de Direitos Autorais (Lei 9.610/98).



7 Concurseiro(a) desinformado participa de rateio, achando que nada disso está acontecendo e esperando se tornar servidor público para exigir o cumprimento das leis.



8 O professor que elaborou o curso não ganha nada, o site não recebe nada, e a pessoa que praticou todos os ilícitos anteriores (pirata) fica com o lucro.



Deixando de lado esse mar de sujeira, aproveitamos para agradecer a todos que adquirem os cursos honestamente e permitem que o site continue existindo.